

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**“PELEIA” LUSO-CASTELHANA E OS EFEITOS DE
SENTIDOS EM *O LINGUAJAR DO GAÚCHO*
BRASILEIRO DE DANTE DE LAYTANO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Emanuele Bitencourt Neves Camani

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

**“PELEIA” LUSO-CASTELHANA E OS EFEITOS DE
SENTIDOS EM *O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO*
DE DANTE DE LAYTANO**

por

Emanuele Bitencourt Neves Camani

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau **de Mestre em Estudos Linguísticos**.

Orientadora: Prof^a. Dr. Eliana Rosa Sturza

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

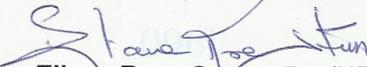
**“PELEIA” LUSO-CASTELHANA E OS EFEITOS DE SENTIDOS EM O
LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO DE DANTE DE LAYTANO**

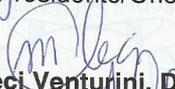
elaborada por

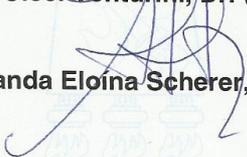
Emanuele Bitencourt Neves Camani

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Estudos Linguísticos

COMISSÃO EXAMINADORA:


Eliana Rosa Sturza, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)


Maria Cleci Venturini, Dr. (UNICENTRO)


Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 05 de março de 2012.

Dedico este trabalho à minha família:
meus pais, João Jorge (*in memoriam*) e Filomena; irmãos, avós, padrinhos, tios e
primos.

AGRADECIMENTOS

À professora Eliana Sturza, minha orientadora, pelo profissionalismo, dedicação, incentivo, oportunidade e confiança, pois sempre me acompanhou com presteza e muita paciência.

Aos colegas do Entrelínguas, pelo convívio, diálogo, companheirismo que sempre me ajudaram; através do grupo de pesquisa encontrei um ambiente acolhedor e oportunidade.

Aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, Irene e Jandir, pela ajuda, dedicação e urbanidade.

Aos que foram meus professores, todos incondicionalmente, pelo exemplo que foram e são fundamentais na minha formação profissional.

Ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe, pelo amor, carinho e colaboração inestimáveis além de estarem sempre comigo em todos os momentos.

Aos meus familiares: avó, pais, irmãos, padrinhos, tios e primos pelo amor, carinho, exemplo, educação e apoio incondicionais.

Aos amigos e colegas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Nossa Senhora Mãe e Rainha Três Vezes Admirável de Schoenstatt: pela proteção e amparo.

A Deus pela vida, fé e bênçãos recebidas.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

“PELEIA” LUSO-CASTELHANA E OS EFEITOS DE SENTIDOS EM O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO DE DANTE DE LAYTANO

AUTORA: EMANUELE BITENCOURT NEVES CAMANI

ORIENTADORA: Prof^ª Dr ELIANA ROSA STURZA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 5 de março de 2012.

Esta dissertação resulta de um estudo investigativo sobre a organização do discurso historiográfico referente à formação étnica e sociohistórica do habitante do sul do Brasil, identificado como gaúcho brasileiro, refletido em sua linguagem ou modo de falar, que reúne elementos da língua portuguesa e espanhola. Tendo como *corpus* a obra de Dante de Laytano, intitulada *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro*, editada em 1981, a pesquisa buscou nela identificar o tratamento dado pelo autor aos dois domínios de estudo: língua e historiografia sobre os quais estabeleceu seu ponto de vista acerca da representação da origem da língua do gaúcho, a partir das fontes por ele consultadas e referenciadas na obra supra. Para alcançar o objetivo proposto e obter respostas as questões norteadoras da pesquisa, buscou-se nos conceitos da Semântica do Acontecimento e da Análise de Discurso (AD) o embasamento que possibilitou a análise e a reflexão de como os elementos da língua operaram nos textos de historiografia sobre a linguagem característica do gaúcho brasileiro a qual é denominada de *linguajar* pelo autor acima. A luz da AD, fica evidenciado na obra em questão um discurso sobre este *linguajar*, discurso este que está em circulação e continua ressignificando a história social do gaúcho e produzindo efeitos de sentido, ao instaurar um *linguajar* para ele. A Semântica do Acontecimento possibilitou a análise da relação entre a questão da designação e o interdiscurso da sequências enunciativas (SEs) identificadas, na obra em estudo, que reescrevem o denominado *linguajar* do gaúcho brasileiro, além de buscar também destacar suas regularidades e/ou conflitos. O estudo realizado permite concluir que: a) a obra *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro (1981)* procura referenciar a matriz lusa da linguagem do gaúcho, ou seja, reafirmar a sua identidade, que é brasileira; b) nessa obra, o autor evidencia que a memória discursiva é significada pelo memorável da língua portuguesa, estabelecendo relações de conflito com a língua espanhola (espanholismos), silenciando os sentidos atribuídos ao regional e ao local, em busca da unidade da língua portuguesa, mas neste caso, podendo ser considerada como língua brasileira, constitutiva da identidade do gaúcho e do seu linguajar. Devido à importância da língua para a comunicação, a identidade, a integração e a unidade dos cidadãos de um mesmo país ou entre países, tal como é o caso do gaúcho brasileiro, entende-se que esta pesquisa poderá suscitar novos estudos para a designação, já que, de um lado esta abordagem amplia as possibilidades de análise do nome e das fontes estas enquanto recursos historiográficos sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento; de outro lado, estudos sobre as questões de interdiscurso, a partir do funcionamento semântico.

Palavras-chave: língua; designação; gaúcho brasileiro; Semântica do Acontecimento;
Análise de Discurso;

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduation Program in Languages
Federal University of Santa Maria

“PELEIA” LUSO-CASTILIAN AND THE MEANING EFFECTS IN *O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO* BY DANTE DE LAYTANO

AUTHOR: EMANUELE BITENCOURT NEVES CAMANI

ADVISOR: ELIANA ROSA STURZA

Date and Place of Defense: Santa Maria, March 5th, 2012.

This paper results from a research study on the organization of historiographic discourse regarding ethnic and socio-historical formation of the southern inhabitants of the south of Brazil, identified as brazilian gaucho, reflecting on his language or manner of speech that combines elements of Portuguese and Spanish. Having as the corpus of research the work of Dante Laytano, entitled *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro*, published in 1981, the research wanted to identify the treatment given by this author to the two areas of study: language and historiography which established his point of view about representation of the source of the gaucho language, from the sources consulted and referenced in the work above. To achieve the proposed objective and answer the questions that guiding the research, we sought, in the concepts of the Event Semantics and Discourse Analysis (AD) the basement that made possible to analyze and reflect on how the elements of language operated in historiography texts on the language feature of the brazilian gaucho which is called *linguajar* by the author above. With the light of the AD, becomes evident in this work a discourse about this *linguajar*, that is in circulation and still redefines the social history of the gaucho and producing effects of meaning, when establish a *linguajar* for him. The Event Semantics allowed the analysis of the relationship between the question of designation and interdiscourse of enunciatively sequences (SEs) identified, in this work, that rewriting the *linguajar* of the brazilian gaucho, and also seeks to highlight their regularities and/or conflicts. The study shows that: a) *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro (1981)* seeks to reference the lusitanian matrix of the gaucho language, in other words, to reaffirm their identity, which is brazilian, b) in this work, the author shows that discursive memory is signified by the memorable discourse of portuguese language, establishing relations of conflict with the spanish language (*espanholismos*), silencing the meanings attributed to the regional and local, in search of the unity of the portuguese language, but in this case, can be considered as a brazilian language, constitutive of the identity of the gaucho and his *linguajar*. Due to the importance of language for communication, identity, integration and unity of the citizens of the same country or between countries, as the case of the brazilian gaucho, it is understood that this research could lead to further study to this designation, as that, on the one hand, this approach extends the analysis possibilities of the name and sources as historiographical resources from the perspective of the Event Semantics; on the other hand, studies on interdiscourse issues, from the semantic functioning.

Keywords: language, designation; brazilian gaucho; Event Semantics;
Discourse Analysis;

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes citadas por Laytano (1981)	47
Quadro 2 – Eixos enunciativos da obra <i>O Linguajar do Gaúcho Brasileiro</i> (1981)	58
Quadro 3 – Reescrituras acerca do <i>linguajar do gaúcho brasileiro</i>	59
Quadro 4 – Sequências de temas e fontes citados na obra <i>O Linguajar do Gaúcho Brasileiro</i> (1981)	62
Quadro 5 – Reescrituras para “língua portuguesa”	84
Quadro 6 – Reescrituras para “açorianismos”	84
Quadro 7 – Reescrituras para “influência castelhana”	86
Quadro 8 – Reescritura para “o linguajar do gaúcho brasileiro”	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO E A PRODUÇÃO DE IDEIAS SOBRE O SUJEITO GAÚCHO	18
1.1 A identificação da questão: discursos sobre formação étnica e social.....	18
1.2 Períodos da historiografia sul-rio-grandense.....	23
1.3 Sociedade e Etnia na perspectiva dos ensaístas de meados do século XX	27
1.4 Lusos e platinos: ideias sobre a formação étnica e social do Rio Grande do Sul	31
1.5 Representação social e imaginário sobre o gaúcho.....	36
2 O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO: UM DISCURSO SOBRE A LÍNGUA	40
2.1 As línguas representadas no debate em torno da formação étnica e social do Rio Grande do Sul	40
2.2 <i>O linguajar do gaúcho brasileiro</i> : um discurso sobre a língua	45
3 AS FONTES NA CONSTITUIÇÃO DE UM DISCURSO SOBRE O LINGUAJAR DO GAÚCHO	51
3.1 Do Sentido do Estudo das Fontes.....	51
3.2 Dos estudos enunciativos:.....	54
3.3 Eixos enunciativos e perspectivas sobre a formação étnica e social	58
3.4 O Mecanismo da Referenciação no Funcionamento das Fontes	59
3.5 As fontes históricas como referência para a definição de um linguajar do gaúcho	67
4 A DESIGNAÇÃO: SENTIDOS DE LUSO E DE CASTELHANO	71
4.1 Referir e Designar: funcionamento das fontes na obra <i>O Linguajar do Gaúcho Brasileiro</i>	71
4.2 Lusos x castelhanos.....	71
4.3 Gaúcho x Rio-grandense.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
ANEXO: CÓPIA DA CAPA, PÁGINA DE ROSTO DA OBRA: O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO	

INTRODUÇÃO

Nos primórdios da ocupação do território sul-rio-grandense, teve início o processo de construção da ocupação étnico social do Rio Grande do Sul bem como formação dessa sociedade — um tema recorrente nos textos dos ensaístas ORNELLAS (1956) e VELLINHO (1964). Nos discursos destes ensaístas, evidenciam-se controvérsias a respeito de qual tipo social determinou os traços mais relevantes na formação étnicossocial do gaúcho sul-rio-grandense. O interesse por essa temática tem me instigado desde o momento em que comecei a atuar no projeto Entrelínguas (Centro de Estudos sobre Práticas Linguísticas e Culturais) na Universidade Federal de Santa Maria.

Em 2009, participei como bolsista do projeto de iniciação científica PIBIC/CNPq intitulado “Lusos X Platinos — o discurso fundador que nos significa”. A proposta foi examinar a partir do discurso historiográfico como estava estabelecida a contraposição das matrizes lusitana e platina, que são tomadas como fundamento para os discursos que tematizam o processo de construção da identidade do gaúcho. Foi necessário conhecer e refletir sobre a formação sociohistórica do Estado do Rio Grande do Sul segundo a perspectiva de ensaístas e historiadores ilustres que produzem textos historiográficos, abordando a constituição de um tipo social sob certas condições históricas. Para isso, mobilizamos os sentidos políticos que são produzidos na constituição de discursos desses ensaístas, considerando o modo de entender a formação do tipo social do gaúcho sulino, mais espanhol ou mais português, por meio do discurso que trata do processo de colonização sul-rio-grandense.

Esta temática ressurgiu sob a forma de um anteprojeto de pesquisa, que foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras desta Universidade, em 2010. Pelo que foi pesquisado anteriormente, trata-se de um embate entre lusitanistas e platinistas que circula no discurso historiográfico que se ressignifica nos estudos sobre *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (1981). Na pesquisa inicial buscamos identificar o quanto as influências espanholas e portuguesas estão referidas a um modo próprio de falar sobre o gaúcho, apresentando-se ora como lusismos, ora como platinismos, segundo o discurso dos ensaístas gaúchos de meados do Século XX.

Neste sentido, foi necessário levar em conta e retomar o estudo do contexto sociohistórico das relações ibéricas, na Europa, para alcançar o entendimento a respeito deste embate. A região da Península Ibérica, atualmente formada por Espanha e Portugal, está cercada pelo Mar Mediterrâneo e Mar Atlântico. Foi habitada por diferentes povos, tais como romanos e muçulmanos e, durante muito tempo, foi motivo de várias disputas, cruzadas e guerras entre estes. Conforme Loyn (1997) até o século X, Portugal pertencia ao reino de Astúrias na região da Galícia, tendo sido alvo de várias disputas até a Reconquista em 1249, isto é, a retomada do poder pelos próprios portugueses.

Com o passar do tempo, a Península Ibérica constituiu-se em vários reinos. Desse aglomerado de povos e de reinos, destaca-se Castela como a principal unidade política da região. Após a união das Coroas de Castela e de Aragão, em virtude do casamento, em 1474, de Isabel (rainha de Castela) e Fernando (rei de Aragão desde 1469), este reino passou a ser a coroa mais poderosa da Espanha e da Península Ibérica, tanto política e economicamente. De acordo com a historiografia moderna, especificamente Schwartz; Lockhart (2002, p. 21), Castela foi uma “[...] cidade-estado, entidade básica da civilização mediterrânea desde tempos imemoriais.”

Devido a esse poder político sobre a Península Ibérica e, por ter sido o símbolo da unidade nacional espanhola durante muito tempo, os castelhanos são confundidos, de modo geral, com os espanhóis até hoje.

Os castelhanos não reconheciam socialmente os marinheiros, representados por catalães, bascos, galegos e portugueses, que viviam ao redor da Península. Todos esses povos tinham um aspecto em comum: estavam ligados, geograficamente, ao mar e ao que este simboliza, através do comércio ultra-marino.

Ainda, segundo Schwartz; Lockhart (2002, p. 25),

Surgiu daí o duplo desprezo dos castelhanos pelos marinheiros e estrangeiros, os dois sendo, em geral, considerados a mesma coisa. Para os portugueses com ampla tradição marítima, a atitude era um tanto diferente, mas não como seria de se esperar. Comandar uma expedição marítima ou investir no comércio de ultramar eram ocupações dignas de um respeito, mas marinheiros e pescadores comuns, e até mesmo capitães de navios, não gozavam de *status* elevado. Pessoas com pretensões à nobreza afastavam de associações com o mar ou disfarçavam-nas sob uma capa de servos, terra e outros símbolos de alta condição.

Esta aproximação com o mar e desejo ou a necessidade econômica de expansão de seus domínios para além das terras da Europa, possivelmente, foi

causa de ocupação e de colonização por portugueses e espanhóis das terras da América.

A historiografia se refere de duas maneiras às colônias ocupadas pelos europeus, em relação aos processos de colonização na América Latina: as colônias hispanoamericanas são, genericamente, conhecidas como a América castelhana porque foram conquistadas e tomadas pelos castelhanos; e a colônia administrada por Portugal, isto é, o Brasil, como a América ‘lusa’.

Moreira (2002) afirma que a conquista e a ocupação das terras americanas foi motivada por fatores de diversas ordens possibilitando a superabundância de explicações forjadas no âmbito da historiografia nacionalista da modernidade. O Autor destaca o fato de que o Rio da Prata foi motivo de disputa geopolítica entre estes reinos ibéricos. Além disso, ele menciona também o conhecimento sobre a região missioneira, decorrente da observação e do relato do Marquês de Abrantes, que sob o pseudônimo de Adadus Calpe, registrou em *Breves consideraciones sobre colonización* (1855), que trata da política de povoamento e da colonização das Américas lusa e castelhana.

Ainda conforme este autor (2002, p. 32)

as coroas de Espanha e Portugal se inimizaram de tal modo que não contentes com suas rixas peninsulares, levaram a semente da discórdia ao novo mundo e se encarniçaram, hostilizando-se em quantas ocasiões se lhes apresentara. Gastaram mais dinheiro em questões de limites de que se houvessem cruzado toda a América de boas vias de comunicação. [...] Ambos os povos são inteiramente estrangeiros [...] às reminiscências portuguesas e espanholas; recordações desagradáveis que os séculos não poderão apagar com facilidade.

Por conta desse embate luso-castelhano, referimo-nos a essa contenda como “peleia”, palavra de origem espanhola¹ que, conforme Oliveira (2005) foi cunhada para expressar pugilato, briga, ou ainda, combate ou batalha entre forças beligerantes. Em língua portuguesa, a variação de peleja e peleia é considerado um espanholismo, segundo Laytano (1981, p. 50).

1 **Pelea**, s.: Combate, batalla: lida, loita, contenda, pelexa, liorta, lea, liaraza, **peleia**. 2. Riña de palabra o de obra: baralla, rixa, tirapuxa, liorna, turra, liorta, barata, lea, gu- rra, acapelamento, filateria, rifa, muada, tarifa, breiga. ... In: Xosé María Freixedo Tabarés, Fé Álvarez Carracedo. **Diccionario de usos castellano-gallego**. 1985, página 614.

Esse trabalho mostra-se, assim, como fruto de uma reflexão sobre como esta peleia está presente nos elementos da linguagem, comuns aos textos da historiografia, e o que significam, no linguajar do gaúcho, de acordo com as fontes pesquisadas por Laytano. Por meio desse conjunto de fontes, que estão referenciadas na obra do professor Laytano, a representação da origem do gaúcho é instaurada pelos ensaístas num “discurso sobre” esse tipo social. Um discurso que está em circulação e está ressignificando uma história social e que produz efeitos de sentido pelo dizer que instaura. E, ainda, como essa origem está construída no imaginário de grande parte dos sul-rio-grandenses, sobretudo, porque as concepções em torno deste tema são constituídas desde muito cedo na sociedade. Destacamos também a relação contraditória entre o Rio Grande do Sul e o Brasil “[...] com o qual manteria uma relação especial, ao ponto de ser às vezes chamado jocosamente por outros brasileiros de esse país vizinho e irmão do Sul”, conforme definido por Oliven (2006, p. 62).

Tais percepções estão cristalizadas na cultura popular, delineando o ponto de vista desses sujeitos à respeito de formação étnica, cultura e tradição, tão bem esclarecido por Oliven (2006, p. 66), quando afirma que

Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc.

Portanto, considerando a constituição desse discurso, podemos depreender que algumas representações em volta dessa origem étnica e sociohistórica tomadas como questão por intelectuais, historiadores, acadêmicos, não deixam de reverberar, por vezes, no que circula, no senso comum, como idéia de quem é esse sujeito gaúcho enquanto tipo social.

Nosso embasamento teórico, neste trabalho, é a *Semântica do Acontecimento*, principalmente por mobilizarmos a noção de designação que, segundo Guimarães (2002, p. 9)

seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história

além de mobilizarmos o procedimento analítico da reescritura também fundamentado por este Autor (Guimarães, 2002). Ainda trabalhamos com a definição de discurso, proposta por Orlandi (2003), pois este conceito nos possibilita compreender o discurso historiográfico na sua formulação, constituição e circulação.

Na discussão apresentada, entendemos a língua, enquanto mobilizada pelos sentidos, que se constituem em um espaço discursivo o qual, para este trabalho, também revela um modo de construção da identidade do sujeito gaúcho e vai se materializar, tanto na composição, como no discurso apresentado em *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981). A perspectiva enunciativa-discursiva, que adotamos, nos permite identificar os mecanismos e o funcionamento do discurso historiográfico de designações, tais como as que intitulam essa obra. Segundo Orlandi (1996), as evidências e a produção dos efeitos de sentidos da linguagem estão significadas, enquanto efeitos de sentido, pelo que significam histórica e politicamente. Neste sentido, a história, tal como está apresentada no discurso historiográfico, é reveladora de sentidos e de ideologias, a partir da produção de evidências na materialidade linguística.

A relação entre o discurso historiográfico dos ensaístas, particularmente Ornellas (1956) e Vellinho (1964), e o discurso sobre *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981) se apresenta, de modo a estabelecer um diálogo com a História das Ideias Linguísticas (HIL), campo do saber que objetiva organizar e interpretar o conhecimento sobre a história da língua e a história do conhecimento sobre a língua (ORLANDI, Org., 2001). Buscamos, deste modo, compreender a relação que se estabelece entre a produção de um discurso, que tem como questão a língua, mais especificamente, o que entendemos como sendo uma variedade do português brasileiro, com os efeitos de sentidos que a relação língua e etnia, língua e formação social, destacadamente, são apresentadas como argumento no processo de historicização do que vem a ser designado como *Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981). Para tal argumentação, o discurso sobre este linguajar retoma e reforça, ao mesmo tempo, significados que definem, então, a matriz **lusa** e a matriz **platina**, tão evidenciadas na constituição dos discursos dos ensaístas sul-rio-grandenses.

A HIL no Brasil é tratada em obras de Guimarães (2002), Orlandi (2001) e Nunes (2007) entre outros, que tomamos como base para este trabalho. Como modo de entrada para a HIL, escolhemos a obra *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro*

de autoria de Dante de Laytano. Para marcar desde o título da obra em questão a diferença de condição social, que fez surgir o gaúcho brasileiro, sendo por esta razão, distinto do gaúcho **platino**, neste recorte, o Autor colocou também em circulação um discurso sobre os saberes relacionados à língua portuguesa falada no Rio Grande do Sul, conforme foi afirmado por ele:

Destarte, confrontando o atual linguajar gaúcho com o velho e ainda atual linguajar açoriano e o dos escritores portugueses de 1.400 a 1.800, veremos que nós, na gleba gaúcha, **não sofremos, como é hábito afirmarem, influência castelhana digna de nota, mas conservamos, intacto, por assim, dizer, o linguajar açoriano.** [...] (LAYTANO, 1981, p.46). [grifo nosso]

Dante de Laytano foi professor de Português, de História, de Literatura e de Filosofia e, portanto, ocupou um lugar de reflexão e produção de conhecimento sobre linguagem. Como atestam grande parte de suas publicações que está centrada nos estudos sobre este tema sob a perspectiva dos estudos dialetológicos e que dizem respeito a aspectos do que ele designa como linguajar do gaúcho, neste caso, do Rio Grande do Sul. Conforme sinalizado por Silveira Machado, na introdução dessa obra (LAYTANO, 1981, p. 11), Laytano foi “[...] considerado também uma das maiores autoridades em assuntos de português, com especialização no falar do gaúcho brasileiro, suas peculiaridades fonéticas e morfológicas”. Embora a data desta publicação remeta à década de 1980, anteriormente, este professor havia lançado *Pequeno Esboço de um Estudo do Linguajar Gaúcho-Brasileiro* (1961). Era uma prévia, ou seja, uma introdução do que foi pesquisado e, que, após um longo período, seria publicado em 1981. Podem ser citados outros trabalhos de sua autoria, publicados anteriormente, a saber: *Os Africanismos do Dialeto Gaúcho* (1936), *O Negro e o Espírito Guerreiro nas Origens do Rio Grande do Sul* (1937), *A Fala do Gaúcho* (1937), *Os Portugueses de Açores na Consolidação do Domínio Lusitano no Extremo Sul do Brasil* (1940). Todos estes textos estão relacionados e/ou citados na obra que é objeto desta dissertação. Dante de Laytano foi figura representativa da cultura sul-rio-grandense do século XX. Nasceu em Porto Alegre, em 23 de março de 1908, e morreu, nesta cidade, em 19 de fevereiro de 2000. Notabilizou-se também como cronista, historiador e ensaísta. Publicou inúmeras obras sobre aspectos da língua, história, cultura, literatura, culinária e folclore. Graduado em Direito, atuou na Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para o estudo da obra *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981), partimos da hipótese de que Laytano, ao produzir um discurso sobre a língua, descrevendo o linguajar do gaúcho, discursiviza sobre a língua desse gaúcho. Assim o faz, baseado em diversas fontes dentre as quais a historiográfica. A partir dela, produz argumentos, fundamentando-se nas condições históricas dos primeiros períodos de formação da sociedade gaúcha, para assim discutir a constituição e a circulação das línguas, logo de um linguajar específico – a língua do gaúcho. Buscamos, desse modo, refletir sobre como ele apresenta o discurso sobre a língua do gaúcho, como variedade do Português do sul do Brasil e do espanhol falado nos países limítrofes do Rio Grande do Sul, a partir do funcionamento das designações atribuídas às línguas a que o Autor acima se refere, na sua obra, como constitutivas desse linguajar.

Desta forma, este trabalho está estruturado em quatro seções, a seguir descritas sucintamente.

A primeira seção, intitulada *O Discurso historiográfico e a produção de ideias sobre o sujeito gaúcho*, aborda a relação deste discurso, no que se refere à historiografia, à constituição das matrizes historiográficas sul-rio-grandenses.

A segunda seção tem por título *O Linguajar do Gaúcho e os discursos sobre a língua* e apresenta considerações sobre a relação sujeito, etnia e língua tendo em vista o estabelecimento de uma conexão com a HIL.

A terceira seção, denominada *As fontes na constituição de um discurso sobre o linguajar do gaúcho*, descreve como está organizado o primeiro capítulo da obra de Laytano (1981), “corpus” desta pesquisa.

A quarta seção, intitulada *A designação: sentidos de luso e platino*, trata do funcionamento dessas designações, no discurso sobre a língua, para entendimento da relação de sentidos com a atribuição de sentidos diferenciados para o *Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (1981). Tal como se apresentam, a obra de Laytano (1981), foram analisadas as sequências enunciativas, entendidas como um discurso sobre a língua, que remete a um discurso sobre etnia e formação social que, por sua vez, reflete o processo de construção de um imaginário sobre a língua do gaúcho, associado à representação deste tipo social, que também se ressignifica pela língua que fala e pelas designações que a esta são atribuídas.

A designação e o funcionamento da língua, para interpretar os efeitos de sentido, foram as prioridades deste trabalho. Primeiramente, procuramos descrever o mecanismo de funcionamento do discurso historiográfico, produzido pelos ensaístas, bem como o contexto em que esses discursos foram produzidos, os quais ressignificam na obra de Laytano (1981). Além disso, foram pesquisadas as ambivalências, no modo de apresentar e de representar a constituição do tipo social: ora gaúcho, ora rio-grandense, sul-rio-grandense, ora luso, ou platino.

Para a elaboração destas análises, foram mobilizados dispositivos teóricos e analíticos da Teoria da Enunciação, tendo em vista o estabelecimento do diálogo com pressupostos da Análise de Discurso (AD). Nesse sentido, buscou-se verificar como designação o *linguajar do gaúcho brasileiro* — enquanto modo de ver o real significado na linguagem — está funcionando e se pode conduzir à sua interpretação como efeitos de sentido. Procurou-se descrever o mecanismo de funcionamento do discurso historiográfico produzido pelos ensaístas e que se ressignifica na obra de Laytano (1981).

Consideramos também pertinente relacionar a literatura e a história nesse trabalho, a fim de mostrar a representação que ambas estabelecem, no que se refere ao processo de ocupação do território sul-rio-grandense, no período colonial. Através da literatura, o desenvolvimento dos grupos étnicos, que formaram o estado do Rio Grande do Sul constitui-se num dos temas de *O Continente*, um dos romances mais representativos da literatura gaúcha e nacional, como um todo, e que é parte da trilogia *O Tempo e o Vento*, escrito pelo renomado Érico Veríssimo cuja primeira edição data de 1949. O tema da obra é a trajetória e a constituição histórica do clã Terra Cambará, no Rio Grande do Sul. Desta forma, como epígrafe de cada seção deste trabalho, apresentamos trechos do capítulo intitulado A Fonte, integrante do texto de *O Continente* (VERÍSSIMO, 2004).

1 O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO E A PRODUÇÃO DE IDEIAS SOBRE O SUJEITO GAÚCHO

Portugal e Espanha, para pôr termo às rixas em que viviam empenhados, tinham assinado um tratado iníquo, segundo o qual os portugueses cediam a seus velhos inimigos a Colônia do Sacramento, e os espanhóis, em troca, lhes entregavam os Sete Povos das Missões. (VERISSIMO, 2004, p. 66).

1.1 A identificação da questão: discursos sobre formação étnica e social

Neste trabalho, tomamos a linguagem no seu funcionamento, considerando-a enquanto produção de sentidos. Para tanto, interessou-nos o modo histórico e social de produção da linguagem evidenciado no discurso, sendo este “[...] um objeto histórico-social cuja especificidade está em sua materialidade, que é linguística.” (Orlandi, 2006, p. 17). Logo, fez-se necessário estudar conjuntamente a língua e a condição de produção do discurso sobre a formação étnica e social do sujeito gaúcho.

Tomamos para reflexão e análise o discurso sobre a língua, especificamente, sobre *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro*, obra de Dante de Laytano, publicada em 1981, para compreender a constituição do discurso sobre este linguajar. Fez-se necessário, assim, analisar as fontes que sustentam tal discurso, uma vez que elas constituem sentidos na formulação de argumentos para abordar este linguajar que está historicamente construído sob condições sociohistóricas as quais contribuíram para o que se define como uma variedade do português brasileiro falado por um sujeito, o gaúcho. Em decorrência, identificou-se, na obra de Dante de Laytano, a retomada de dizeres presentes no discurso historiográfico de ensaístas sul-riograndenses, de meados do século XX.

Dentre o discurso historiográfico deste período, destaca-se aquele que tematiza a formação étnica e social do Rio Grande do Sul e que instituiu duas vertentes a respeito desta formação: a matriz lusa, assim denominada por Neumann (1994), que destaca a preponderância da colonização portuguesa, ou seja, determinante na constituição do gaúcho sulino como tipo social; e a matriz platina que, segundo o mesmo Autor, determina a formação do gaúcho no espaço rio-platense, abrangendo os territórios do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Cada uma dessas matrizes está representada no discurso de historiadores e ensaístas ilustres. Nesse sentido, estas posições vão sinalizar qual das matrizes destaca uma corrente mais regionalista ou mais nacionalista.

Para este trabalho, foram selecionadas duas obras como referência para exemplificar o funcionamento da constituição dessas matrizes: *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* de Manoelito de Ornellas, publicada em 1956 e *Capitania d'El Rei: aspectos da formação rio-grandense* de Moysés Vellinho publicada em 1964.

Nascido na cidade de Itaquí (RS), em 1903 — Manoelito de Ornellas foi advogado, poeta, sociólogo, ensaísta, conferencista e crítico literário — tornou-se conhecido por manifestar adesão à matriz platina, porque ratificou as evidências e os indícios platinos, na história do tipo social do sujeito do Rio Grande do Sul. O ensaísta reafirmou sua tendência platinista em várias publicações, além da obra acima citada. Morreu em 1969. (MORAIS, 2006).

Moysés Vellinho, natural de Santa Maria (RS), nascido em 1902, foi crítico literário e ensaísta, fundamentou suas investigações e estudos no lusitanismo, pois atribuiu ao predomínio do colonizador português a formação sociohistórica do sujeito gaúcho brasileiro. Escreveu diversos ensaios e obras significativas, tais como: a obra acima citada e *O Rio Grande e o Prata: contrastes* (1965). Faleceu em 1980. (MORAIS, 2006).

Deste modo, neste trabalho, consideramos os discursos destes ensaístas são tomadas como **fontes** [grifo nosso] constitutivas da formulação de argumentos e da atribuição de sentidos para o que Laytano (1981) vai designar como “O Linguajar do Gaúcho Brasileiro”, na obra assim intitulada.

O modo como este texto dialoga com as fontes constrói uma discursividade que pode ser entendida como a que se constitui por uma inscrição dos efeitos da língua na história, estabelecendo confrontos entre o simbólico e o político (ORLANDI, 2005). Tal discursividade emerge da produção de ideias, neste caso, sobre a sociedade gaúcha e o tipo social que a compõe, de tal modo que leva ao esboço de um campo do saber historiográfico, que pode ser analisado por meio da relação entre traços sociais, étnicos e linguísticos. A língua significa, portanto, na sua relação com a história (Orlandi, 1996).

Nesse sentido, o conceito de discurso, presente na AD, constituiu parte da fundamentação teórica deste trabalho.

Segundo Orlandi (2003, p. 26), o discurso se caracteriza como

efeito de sentido entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral. Então, os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, *i.e.*, as condições de produção, constituem o sentido da sequência verbal produzida. Quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação.

A História das Ideias Linguísticas, enquanto história do saber linguístico, permite abordar que aquilo que se diz/se produz sobre a língua é também um modo de ressignificar a história, as condições nas quais se produziram os discursos sobre as línguas, portanto sobre a formação de uma sociedade. Para desenvolver esta abordagem, levamos em conta o pensamento de autores estrangeiros: Auroux (2008) e Chevalier; Delesalle (1986), e os autores nacionais tais como Orlandi (2001), Pfeiffer (2001), Guimarães (2002), Fávero (2006), Sturza (2006) e Nunes (2007).

Segundo Auroux (1992), a HIL possibilita-nos trabalhar dois aspectos em relação à linguagem: primeiro, a história do pensamento sobre a linguagem antes de a Linguística consolidar-se como campo disciplinar; segundo, enquanto inserida na área de estudos sobre a língua, como esta nos significa uma história como objeto de pesquisa, ou seja, como historicizá-la e analisá-la, teoricamente, de acordo com o modo de dialogar com os estudos do sentido, para a construção de um saber metalinguístico, saber este ligado à “[...] línguas, a territórios, a indivíduos que falam umas e habitam outros.” (ORLANDI, 2001, p. 14).

Assim, o discurso sobre a língua, que nos propusemos analisar, é aquele que se constitui no conjunto de textualidades que compõe a obra *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* de Dante de Laytano (1981). Incluímos nesta análise as designações, que se formulam no interior desse discurso, que, por sua vez, são discursos sobre a língua e, de certo modo, sobre o sujeito, neste caso, o gaúcho. Este conjunto de textos, que consideramos como uma produção de conhecimento sobre a língua, sugere uma interpretação, no sentido da compreensão de como as designações, atribuídas por este Autor às diferentes práticas linguísticas configuram um linguajar específico. Os ensaios de intelectuais, que vão subsidiar os argumentos de Laytano, tratam da pureza, da natureza da linguagem do sujeito gaúcho o que, por sua vez, vão contribuir para a construção de um imaginário sobre a língua, neste caso, o linguajar do gaúcho, no Rio Grande do Sul.

Objetivamos identificar a relação estabelecida entre as fontes — que funcionam como suporte para a constituição do discurso dos ensaístas — e a obra de Dante de Laytano (1981) — que as recupera para a formulação de argumentos que balizam a reflexão desse Autor sobre a língua praticada pelos gaúchos do Rio Grande do Sul (sendo esta uma variedade particular do português). A verificação desta relação permitiu destacar as idéias que circulavam sobre a língua e qual efeito de sentidos presente, por sua vez, no imaginário sobre a língua do gaúcho, ou seja, neste imaginário linguístico.

É interessante observar como Mariani (2003) considera o imaginário linguístico levando em conta a incompletude da língua enquanto objeto simbólico e a sua sujeição ao real, à luz da AD. Segundo esta pesquisadora, esse imaginário é o lugar em que a formação discursiva, por meio das redes de paráfrases, está materializada. De acordo com Orlandi (2003, p. 43), formação discursiva “[...] se define como aquilo que numa formação ideológica dada — ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada — determina o que pode e o que deve ser dito. [...] As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas.”

Em decorrência, são criados instrumentos que, cientificamente, podem explicar e/ou representar um saber e/ou um conhecimento, referentes às impressões relacionadas aos objetos, aos sujeitos e/ou ao mundo exterior (Auroux, 2008). Este autor caracteriza tais instrumentos como externalidades cognitivas, citando como exemplo “os livros, as bibliotecas, as calculadoras” (Auroux, 2008, p. 125). Segundo ele, uma externalidade cognitiva pode ser considerada como a expressão material, visível, de impressões relacionadas aos objetos, aos sujeitos e/ou ao mundo exterior. Conferindo-lhes um valor, estas impressões podem ser compreendidas por representação. A língua é um modo de representação já que é um objeto simbólico.

É necessário lembrar que todo saber é transmissível. Além disso, a representação tem como característica primordial ser reflexiva, pois, primeiramente, representa a si própria para depois representar algo. Por isso, é uma realidade material, que apreende o que há de melhor nesta realidade. Desse modo, as representações portam um valor moral e intelectual e, via de regra, passam a significar enquanto um conhecimento científico (Auroux, 2008).

Há certas propriedades que permitem descrever o conhecimento como científico. Além da objetividade, o conhecimento científico tem de ser universal (o

mesmo para todos), transmissível (que pode ser ensinado) e intangível (sendo verdadeiro) segundo Auroux (2008). A fim de evitar paradoxos, que possam invalidar esta concepção, ou seja, de que as representações são conhecimentos científicos, é fundamental que a representação além da referenciação como sua característica inerente, tenha um objeto e que este seja constituído de realidade (Auroux, 2008).

Em nosso trabalho, as fontes foram pensadas como estabelecedoras de parâmetros para representação, no sentido de assegurar quem é este sujeito gaúcho (luso ou castelhano?). Além disso, estas estabelecem relações por meio da língua com tais representações e, neste caso, buscamos compreender de que modo estas representações estão referidas nessas fontes.

A busca pelo entendimento da relação entre saber, conhecimento, linguagem e representação conduziu-nos a Auroux (2008) que caracteriza o primeiro, isto é, o saber na forma como segue:

a) epilinguístico – o que se escreve sobre a linguagem, sendo de natureza especulativa;

b) metalinguístico – relacionado à prática determinada em três tipos de domínios:

- da enunciação – esta enquanto prática linguística entre sujeitos. Em relação ao nosso objeto de pesquisa, o linguajar do gaúcho brasileiro, estes sujeitos são identificados como os ensaístas citados anteriormente;

- das línguas – neste caso, que sentido a partir delas, se atribui ao “luso” e ao “castelhano” e como ele é interpretado;

- da escrita – como esta evidencia uma metalinguagem; neste caso, produzindo um discurso acadêmico – o discurso de Dante de Laytano – sustentado pelo discurso historiográfico dos ensaístas, que caracteriza a representação do saber científico.

Estes domínios, segundo o Autor acima, são constituídos por meio de técnicas e de práticas decodificadas que visam obter um resultado a partir da forma como se diz algo, cientificamente sobre a língua ou linguagem. Ressaltamos que “[...] para a história das representações linguísticas, o limiar da escrita é fundamental, é condição existencial do saber linguístico.” (AUROUX, 2008, p. 18).

1.2 Períodos da historiografia sul-rio-grandense

A historiografia é um campo do conhecimento que trata do texto histórico enquanto produto de pesquisa dos historiadores para sistematizar e relatar o passado.

A historiografia, segundo Gutfreind (1992, p. 9), “primeiramente é empregada como história escrita e, conseqüentemente, surge como um produto da sociedade”. Portanto, não deixa de ser um produto da história, sendo uma prática cultural e, ao mesmo tempo, objeto e fonte histórica.

Dessa forma, o estatuto do texto histórico é resultado do trabalho do historiador e “[...] visa desvendar os artifícios da construção do texto histórico como artefato linguístico.” (MALERBA, 2009, p. 13).

A produção do conhecimento histórico tem como característica básica sua própria historicidade, ou seja, tem uma constitutividade própria, enquanto conhecimento, que estabelece um resgate das produções e contribuições históricas antecedentes a um determinado fato. Isso possibilita o exercício da crítica historiográfica a fim de julgar a obra histórica. Assim, segundo o autor acima, é importante observar que “[...] a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração.” (MALERBA, 2009, p. 17), o que torna a prática da crítica historiográfica indispensável.

O discurso sobre a língua, na obra de Laytano (1981), tem como suporte diversas fontes para definir o linguajar do gaúcho: pessoais, documentais e institucionais. Dentre as fontes documentais, constam os ensaios historiográficos sobre a formação étnica e sociohistórica do Rio Grande do Sul, escritos por Ornellas (1956) e Vellinho (1964). Como fonte institucional, destaca-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

Fundado, em 1920, com o objetivo de preservar a memória cultural do Rio Grande do Sul, este estabelecimento cultural de cunho privado e sem fins lucrativos viria a ser, até a década de 50, a principal organização produtora e difusora do conhecimento histórico do e no Estado, emanado de um grupo hegemônico de intelectuais. (GOMES, 2009).

As publicações do IHGRGS, de certo modo, sempre procuraram refletir os objetivos da Instituição, considerando o contexto das diferentes épocas. Neste

sentido, publicou estudos sobre vários temas, relacionados à Geografia e à História, especialmente da formação do Estado do Rio Grande do Sul, através da autoria de associados, dentre os quais: Dante de Laytano, que ingressou no seu Quadro Social, em 1936, tornando-se seu diretor entre 1940 e 1951; Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas.

Em relação às publicações acima mencionadas, deve ser ressaltada a Revista do IHGRGS, trimestral, fonte de consulta e veículo de comunicação da produção institucional. As temáticas publicadas na Revista eram selecionadas e classificadas, de acordo com a área de interesse da pesquisa histórica. A circulação desta Revista foi significativa para diversas áreas do conhecimento, especialmente, a Historiografia, a Antropologia e a Geografia sul-rio-grandenses, ao reeditar estudos e/ou publicar trabalhos inéditos.

Também é importante destacar a diversidade da formação intelectual e da atuação profissional dos sócios desta Entidade: professores, engenheiros, médicos, advogados, militares, religiosos, jornalistas, políticos e outros que, expressando linhas de pensamento, ora convergentes, ora divergentes, representam diferentes setores públicos e privados da sociedade sul-rio-grandense. (DALL`AGNOL; FIOREZE, 2007).

No que concerne à questão ensaísta/historiador, é bem significativo, neste particular, registrar que o ensaísta tem como ofício indagar sobre um determinado tema pela livre-reflexão, permitindo-lhe emitir juízos valorativos com base do saber dos livros (LAGO JÚNIOR, 1990). Para exemplificar essa proposição, destacamos abaixo o pensamento de Vellinho (1979 apud ZISMANN, 2006, p. 13):

O próprio Moysés Vellinho não se atém a uma designação, quer como historiador², quer como ensaísta: “[...] do ensaísta, se assim me posso classificar” (VELLINHO, 1979, p.11). Neste trabalho optou-se por designá-lo historiador quando há referência ao seu trabalho historiográfico. Embora seu discurso levante controvérsias sobre a sua natureza científica, é como historiador que ele atuou institucionalmente como evidencia o vínculo ao IHGRS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul). Outro dado marginal é fornecido pela orelha de sua obra *Capitania d’El Rei*, onde se lê “Moysés Vellinho, nome de alta qualificação na História”. Assim, se o discurso nega, o meio institucional ou o simples fato de sua obra ser encontrada numa prateleira de livros de história, não em livrarias, mas em

2 Sobre ofício do historiador em VELLINHO, Moisés. Um velho chefe de clã lusitano em terras gaúchas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jan.1979, p. 9-11. Entrevista concedida a Antônio HOHLFELDT apud ZISMANN, Tatiana. A Construção de uma referência de identidade nacional para o Rio Grande do Sul nos discursos crítico-literário e historiográfico de Moysés Vellinho. Porto Alegre, 2006. p. 13. Dissertação (mestrado) – PUCRS, 2006.

sebos, é um indício relevante a ser considerado ao se optar por designar Moysés Vellinho de historiador.

Entendemos, pois, nesse contexto, que os fatos são narrados e reinterpretados, conforme o ponto de vista e os desígnios desse sujeito, enquanto historiador. No entanto, conforme o modo do tratamento do tema do trabalho a ser elaborado pelo ensaísta, pode ser adequado designá-lo como tal ou como historiador.

HANDLIN (1982, p. 1), ao descrever sobre o ofício do historiador, nos mostra que

[...] eles sutis ligam elementos subjetivos aos objetivos na prática do ofício do historiador. Enquanto o mundo de um passado distante tem sua realidade própria, independentemente de quem tente visualizá-lo e descrevê-lo, e assim é objetivo, a visão de um intelectual é subjetiva, ao menos na medida em que seu próprio ponto de observação e as complexas lentes do preconceito, do interesse e da predisposição moldam o que ele discerne e, com isso, o que ele consegue retratar. O historiador, conseqüentemente, precisa saber não somente como explorar as fontes e como juntar os dados nela armazenados, mas também as coações internas e externas que afetam o desempenho das tarefas.

Em relação aos ensaístas, são destacados, na obra de Laytano (1981), respectivamente: Manoelito de Ornellas e Moysés Vellinho, intelectuais representativos do período historiográfico das décadas de 50 e 60. Embora sejam reconhecidos como historiadores, neste trabalho, a designação a eles atribuída foi a de ensaísta. Justificamos esta escolha, porque, tal como foi verificado na sua produção discursiva, eles parecem estar no limiar entre a objetividade da realidade científica e a subjetividade que a construção literária proporciona. (LAGO JÚNIOR, 1990).

Além disso, pelo tipo de obra produzida, conforme Orlandi (1996, p. 15):

[...] o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso. O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação.

Assim, podemos conjecturar que, pela perspectiva do ensaísta, escrever sobre a história é configurar e administrar os fatos cujo discurso convém ao ponto de

vista de seus representantes, quando não vem com rigor metodológico. As proposições de Lago Júnior (1990, p. 6) corroboram a escolha pela designação ensaísta, ao destacar uma das características atribuídas do seu perfil:

[...] pode não esconder simpatias e aversões, assumindo, nitidamente, posições a favor ou contra, de forma a buscar ora uma visão abrangente ora específica, marcada pela busca de originalidade, pelo estilo conciso e elegante no fundo e na forma.

Ainda, segundo o Autor acima, o ensaísta produz uma análise interpretativa, que revela valores, ideias e ideais, por meio de uma variedade de métodos considerados críticos.

Frequentemente, indícios da adoção desses métodos aparecem nas fontes que servem de subsídio à obra de Laytano (1981), em relação ao discurso sobre a língua.

Podemos discernir, segundo Gutfreind (1992), de modo geral, três momentos na produção historiográfica do Rio Grande do Sul. O primeiro, no início do século XIX, expôs as produções historiográficas das duas matrizes, lusa e platina, e retratou as filiações platinistas, buscando relacionar a formação da sociedade gaúcha com a região do Prata, a partir de elementos geográficos, culturais, condições de povoamento entre outros. O segundo, a partir do final do século XIX, quando os ensaístas destacaram as relações que o Rio Grande do Sul mantinha com a região do Prata, enaltecendo as potencialidades econômicas sul-rio-grandenses. Conseqüentemente, pela provável autossuficiência econômica, houve o movimento para que o Estado sulino viesse a constituir-se como República. Ao propor um regime republicano, o Estado gaúcho se desvincularia do Brasil, fato que aconteceu no decorrer da Revolução Farroupilha³, que iniciou em 1835 e terminou em 1845.

A partir da década de 1920, é possível identificar o terceiro e último momento dessa historiografia o qual objetivou destacar a brasilidade sul-rio-grandense, no contexto nacionalista, ou seja, enfatizar a origem lusitana deste Estado sulino e,

³ De acordo com PADOIN, no capítulo II intitulado *A Revolução Farroupilha e o Federalismo*, a Revolução Farroupilha foi concebida “[...] como sendo uma variável e expressão da propagação das ideias de liberdade e independência, fundamentadas no Direito das Gentes e no liberalismo, no conturbado processo de construção dos Estados nacionais no espaço fronteiro platino do século XIX.” (PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 67)

assim, firmar sua vinculação com o nacional, de modo a pertencer ao Brasil e, não apenas à região do Prata. Sintetizando sobre esse último momento historiográfico sul-rio-grandense, Flores (1995, p. 85) afirma que

[...] os paradigmas da história regional rio-grandense, na primeira metade do século XX, caracterizam-se por argumentos de lusitanidade, negando influências platinas, ignorando a participação da mulher e silenciando sobre a contribuição cultural do negro. Os fatos históricos eram determinados pelo meio e pela raça.

Para a afirmação de um passado nacional, pelos momentos historiográficos supracitados, emerge uma tendência em forjar uma identidade própria e particular da historiografia sul-rio-grandense. Nesse sentido, uma visão predominantemente homogênea da influência da colonização portuguesa no Rio Grande do Sul foi apresentada neste momento.

1.3 Sociedade e Etnia na perspectiva dos ensaístas de meados do século XX

O discurso dos ensaístas de meados do século XX, particularmente, Ornellas (1956) e Vellinho (1964) vão constituir um espaço de debate sobre a história do Rio Grande do Sul, discursivizando sobre a origem do habitante desse Estado, sobretudo para atribuir-lhes uma identidade social.

No âmbito dos estudos que tematizam a formação étnica e sociohistórica do Rio Grande do Sul, destaca-se um discurso marcado por pontos de vista muito distintos quanto à formação social e étnica do gentílico gaúcho.

Na historiografia sul-rio-grandense, o discurso sobre a formação sociohistórica deste Estado está ligado a uma matriz ideológica a qual, segundo Gutfreind (1992, p. 11) é conceituada como

[...] um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, [...], conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense.

Descrevemos, a seguir, um breve panorama do que consideramos como um dos aspectos fundamentais da história do Rio Grande do Sul, isto é, a formação da sociedade gaúcha, tendo em vista compreender a constituição do tipo social gaúcho.

Esta descrição levou em conta as matrizes ideológicas as quais estão vinculados os ensaístas e de como estão definidos politicamente nos seus discursos.

Em relação ao povoamento da região do extremo sul do Brasil, sabe-se que grupos indígenas, que eram caçadores-coletores, provavelmente, Jê ou Tapuia, Pampeano ou Tupi-Guarani, habitaram a região que atualmente é o território sul-riograndense (FRANCO, 1998) (SANTOS; SANTOS, 1989).

Zilberman (1985, p. 10) afirma que

[...] o lugar cobiçado por espanhóis e portugueses que, cada um à sua maneira, tratou de ocupá-lo (os portugueses, localizando-se na margem esquerda do rio Uruguai, os espanhóis, na margem direita), desalojando seus primitivos moradores de modo violento e sangüinário.

Diferentemente da Autora acima, Lessa (1984, p. 13) relata: “[...] quanto ao Rio Grande do Sul, continuou por muito tempo sendo a solidão entregue aos ventos e a alguns índios”. Este Autor minimizou a presença dos grupos indígenas, na região, já indicando que as fontes históricas são divergentes quanto à veracidade das informações apresentadas.

Santos; Santos (1989) afirmam que, por volta do século XVI, conquistadores ibéricos (Espanha e Portugal) adentraram o território do extremo sul da Colônia portuguesa, iniciando processo de ocupação e povoamento. Segundo estes Autores, as coroas ibéricas passaram a atuar juntas sob o comando do rei espanhol Felipe II a partir de 1580 e, assim, dominaram o território latinoamericano.

A disputa territorial, sobretudo, para estipular as fronteiras geopolíticas se deu por meio de combates e de tratados entre as monarquias ibéricas. Houve sucessivas reintegrações de territórios ocupados, ora pela Coroa espanhola, ora pela Coroa portuguesa.

Entre os importantes tratados, firmados à época, podem ser citados:

a) Tratado de Tordesilhas (1494) – divide a América Portuguesa da América Espanhola por uma linha vertical cujo limite que, para Portugal finaliza na atual cidade de Laguna (SC). Assim, o território do que hoje é o Rio Grande do Sul pertencia por este tratado à Espanha. Segundo Santos; Santos (1989), o domínio dessa terra foi repassado aos jesuítas, pois à primeira vista não parecia às autoridades espanholas ser uma região economicamente lucrativa. E, aos poucos, a área foi colonizada com a chegada dos padres

Jesuítas que estabeleceram as reduções jesuíticas interferindo no modo de vida desses grupos. Posteriormente, estes jesuítas foram expulsos pelos portugueses.

- b) Tratado de Utrecht (1713) – sob domínio espanhol, o Rio Grande do Sul foi restituído a Portugal (LESSA, 1984);
- c) Tratado de Madri (1750) – o Rio Grande do Sul foi devolvido à Coroa Espanhola, foi habitado pelos jesuítas e índios, (LESSA, 1984);
- d) Tratado de El Pardo (1761) – o Tratado de Madri é anulado a pedido da Coroa Espanhola, e o Rio Grande do Sul (LESSA, 1984);
- e) Tratado de Santo Ildefonso (1777) – O Império Português reocuparia a área do Estado de Santa e a Coroa Espanhola continuaria com a região do Rio Grande do Sul (LESSA, 1984).

O retorno dos jesuítas ao Rio Grande do Sul, a partir de 1682, possibilitou-lhes estabelecer e fundar os Sete Povos (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo). Afazeres como a criação de gado nas estâncias, tratamento de couro, cultivo da erva-mate eram realizados nessas Missões. Estas atividades impulsionaram, economicamente, o desenvolvimento dessas Reduções que, em seguida, tornaram-se centros econômicos altamente rentáveis. Em razão disso, a região dos Sete Povos foi disputada pelas monarquias ibéricas entre Portugal e Espanha. Logo, a Companhia de Jesus se constituiu em uma instituição poderosa política e economicamente, tanto quanto as monarquias ibéricas, as quais efetivaram prontamente a expulsão dos jesuítas dessa área, confiscando-a, através de acordo firmado no Tratado de Madri em 1750 (SANTOS; SANTOS 1989). Não apenas as áreas do interior deveriam ser ocupadas e colonizadas, mas, sobretudo, as que estavam localizadas às margens dos rios, tal qual a região litorânea. Assim, o litoral sul-rio-grandense passou a ser povoado, garantindo ao império português vantagens econômicas e políticas.

Com o objetivo de fixar e assegurar o domínio do território português, o brigadeiro José da Silva Paes e sua expedição fundaram o Forte Jesus-Maria-José na atual cidade do Rio Grande (RS), neste Estado, em 1737, criando, deste modo, um posto militar para combater a iminente invasão castelhana vinda da região do

Prata. Esta fortificação passou a ser povoada por meio da concessão de sesmarias por parte da Coroa Portuguesa e, em seguida, tornou-se vila, em 1747. (SANTOS; SANTOS, 1989).

Segundo Kunh (2002, p. 67):

As sesmarias eram vastas extensões de terras, algumas com milhares de hectares, concedidas pelo governo português, mediante solicitação dos interessados, desde que comprovassem ter condições para explorá-las. Elas são a origem dos latifúndios pecuaristas ainda hoje existentes.

A ocupação efetiva deste território ocorreu na primeira metade do século XVIII, durante o processo de interiorização da colonização, no Brasil. O Forte ganhou autonomia, em 1760, passando a ser denominado Capitania do Rio Grande de São Pedro (SANTOS; SANTOS 1989).

A partir dessa época, conforme Osório (2005), ainda em virtude de várias disputas com o império espanhol pelas terras dessa Capitania, houve a inserção do comércio escravista e, sobretudo, tráfico da população escrava, que vinha do continente africano, para trabalhar na pecuária e nas charqueadas. Segundo Maestri (1984, p. 74), a charqueada se constituía em:

Atividade manufatureira de grande porte, trabalhando para o mercado em expansão, com instalações e capitais de giro relativamente significativos, oprimida pelas limitações de uma produção sazonal e possível extração crescente de trabalho excedente.

Sobre o tráfico negreiro e o escravo gaúcho, cabe ressaltar que:

[...] por mais de um século, a classe econômica relativamente mais dinâmica da Província, os charqueadores, vive da exploração direta do trabalho escravo. [...] Apesar disso, nossa historiografia quase desconhece o escravismo sulino e não assinala sua importância na nossa formação histórica (MAESTRI, 1984, p. 76).

Além disso, Maestri (1984, p. 95) afirma que:

[...] o local de entrada do escravo africano no Sul, pode-se dizer que foi único. Fora uma quantidade desprezível para esse estudo, todo escravo passou pelo porto do Rio Grande e foi ali registrado.

Nesse contexto, a ocupação da Região foi viabilizada, por meio de vilas fortificadas e estâncias de criação de gado. Logo, a consolidação das fronteiras do Rio Grande do Sul ocorreu, de fato, muito tempo depois, após vários embates

fronteiriços entre espanhóis e portugueses, de modo que essa tensão ibérica, evoca e atualiza constantemente a formação étnica e social de quem habita este Estado.

Esta perspectiva étnica e social tratada como relevante pelos ensaístas que mencionamos neste trabalho, apresenta condições para a constituição de uma discursividade sobre o gaúcho, enquanto tipo social próprio da região, surgido dessas condições sociohistóricas e que, posteriormente, vão servir de referência para a compreensão das variedades do português gaúcho, sendo identificado por Dante de Laytano como o linguajar do gaúcho brasileiro. Como tal, os textos dos ensaístas produzem uma materialidade discursiva da historiografia sul-riograndense, nas décadas de 50 e 60.

Desta forma, estabelecer uma relação etnia e historiografia tornou-se indispensável para a realização desta pesquisa.

Barth (1998) define grupos étnicos enquanto categorias de atribuição e de identificação de grupos sociais, que estão vinculados aos traços culturais e aos traços de pertencimento, atribuídos pelos próprios participantes do grupo.

1.4 Lusos e platinos: ideias sobre a formação étnica e social do Rio Grande do Sul

Historicizar as representações identitárias sobre o gaúcho, que se fizeram ao longo de sua existência, põe em evidência as formações étnicas e sociais, ora afirmadas, ora negadas desse tipo representativo regional, segundo Oliven (2006).

Reiteramos que a designação **lusos** [grifo nosso] será utilizada como sinônimo de **português** [grifo nosso]. Esta forma de identificação é corrente na historiografia sul-riograndense, sendo atribuída por diversos pesquisadores (NEUMANN, 1994)

Sobre a designação **lusos-brasileiros** [grifo nosso], há respaldo também no discurso historiográfico. Esta designação é adotada para identificar o pertencimento à matriz lusa, que determina as filiações do Rio Grande do Sul com a Coroa Portuguesa, não somente no que se refere à inserção do sujeito brasileiro que habita o Rio Grande do Sul, mas também como Província que está integrada à essa Coroa e, portanto, pertencente à colônia portuguesa.

Centrando seu argumento na identidade colonial do Rio Grande do Sul e na preponderância dos colonizadores portugueses, a matriz lusa segundo Vellinho (1957, p. 58-59) procura reverenciar a aliança entre os portugueses e os grupos indígenas:

Acresce que, em lugar das violências e fumaças do colonizador **espanhol**, geradoras daquele estado crônico de tensão e revolta a que nos referimos, os fundadores do Rio Grande, descendentes de um povo menos cheio de si, e quase todos **luso-brasileiros**, o que quer dizer que já afeitos à modéstia das condições de vida do ambiente colonial, ou ainda gente simples das ilhas **açorianas** ou do reino, trataram de captar a amizade do gentio e fazê-lo, se possível, seu aliado. [grifo nosso]

O termo gentio, segundo Quevedo (1999, p. 104):

[...] faz parte exclusivamente da tradição judaico-cristã e serve para indicar todos aqueles que professam religiões não-monoteístas, geralmente profanas, se fundamentando na oposição entre “povo eleito” e os demais povos. Assim é aquele que professa o paganismo.

Na esteira dessa filiação, o comentário de Othelo Rosa (1957, p. 18) enaltece a ocupação portuguesa e a supremacia desta, afirmando que a mesma ia além do território sul-rio-grandense, abrangendo uma extensa área territorial:

Em torno da estrada de Laguna à Colônia de Sacramento, via inicial de comunicação, os pioneiros vão lançando os fundamentos da posse **portuguesa**, os pontos de partida das linhas de penetração com que eles, e depois os **açorianos**, cobrirão a pouco e pouco, num desenvolvimento gradual e inteligente, que obedece a um plano admirável, pela envergadura e pela previdência, o território do Rio Grande do Sul. [grifo nosso]

Além de se referir à ocupação territorial, os que defendem a origem lusitana, ressaltam outro aspecto: é o legado português difundido, sobretudo, nos valores morais atribuídos aos sujeitos habitantes. Essa conjuntura faria então com que o gaúcho do Rio Grande do Sul seja extremamente diferente do gaúcho das colônias espanholas e que, sobre este Estado, a ação colonizadora de Portugal é preponderante:

[...] tenho como certo que o **português** que chegou primeiro ao Rio Grande era um sólido tipo racial, forte e sóbrio, com um espírito de disciplina e de ordem que mesmo na aventura se afirmava, e que supria os foros de nobreza, que não os tinha, por um conjunto de bons predicados morais. O teor desse tipo, que irá plasmar algumas das qualidades marcantes do gaúcho, será examinada adiante, no confronto com o **espanhol** que povoou a América. (ROSA, 1957, p. 21) [grifo nosso]

Em relação à formação da sociedade, no que se refere às informações demográficas e a reafirmação dos valores morais na constituição das famílias do Rio

Grande do Sul, o Autor acima ressalta: “[...] na organização familiar do gaúcho muito pesava a herança do açoriano. Lares fechados, austeros, vivendo em linhas de respeito e obediências”. (ROSA, 1957, p. 29).

Através da adesão à matriz lusa, Porto* (1954) apud Vellinho (1957, p. 45) procurou ratificar a influência portuguesa, acrescentando a informação de outro intelectual da mesma matriz para legitimar seu ponto de vista:

O **açoriano** exerceu influência preponderante na formação do gaúcho. Aurélio Porto⁴ não vacilou em dizer, textualmente: ‘A contribuição dos Açores, no povoamento inicial do Rio Grande, é a maior de todas’. [...] Era um tipo de boa estirpe, remanescente da raça **lusitana** dos grandes. [...] Portador de uma excelente tradição doméstica, o **açoriano**, com os seus lares fechados e severos, legariam ao gaúcho uma herança moral de incalculável valor. [grifo nosso]

Salientamos, ainda nesse estudo, que a designação platino será usada para associá-la à região platina, ou seja, ao espaço geográfico que compreende parte do território argentino, uruguaio e brasileiro, especificamente, o Rio Grande do Sul, localizados próximos ao Rio da Prata. Nesse sentido, trata-se de um conceito que vai muito além de um limite territorial demarcado, pois abrange três unidades territoriais, isto é, três países. Sobre esse viés, observamos a dedução de Ornellas (1956, p. 5-6) que justapõe as influências da colonização espanhola e portuguesa, em relação à composição étnica do Rio Grande do Sul, numa perspectiva geográfica:

A influência **castelhana** emprestou uma fisionomia inconfundível ao tipo humano das Missões e das zonas fisiográficas da Campanha e da Depressão Central. A ascendência do mameluco paulista é ainda sensível nas regiões do Planalto Médio e do nordeste e as lembranças profundas do **açoriano** teimam em permanecerem, evocativas, na vida e na feição das nossas cidades fluviais marítimas. [grifo nosso]

A manifestação de Lima⁵ (1962, p. 55) se opõe ao ponto de vista de Rodrigues⁵(1946 p, 48 apud Lima, 1962, p. 55) sobre a influência e a hegemonia da

* PORTO, Aurélio. **História das missões orientais no Uruguai**. Porto Alegre: Selbach, 1954 apud VELLINHO, Moysés. O Gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. In: **FUNDAMENTOS da cultura rio-grandense**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1957. v. 2.

5 RODRIGUES, José Honório. O Continente do Rio Grande. Rio de Janeiro, 1940, p. 48 / apud LIMA, Sílvio Julio de Albuquerque. **Literatura, folclore e linguística da área gauchesca no Brasil**. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1962, p. 55.

colonização portuguesa na configuração sociohistórica do gaúcho, por ele denominado monarca, mas também no lugar de circulação dessa materialidade:

Quando eu li, surpreendido, espantado, a tese do meu amigo José Honório Rodrigues sobre a origem do tipo social a que todos chamam *gaúcho*, não me contive: imediatamente e com absoluta lealdade, em carta, confessei minha discordância e lhe disse que o contraditaria de público. É o que faço agora.

José Honório Rodrigues imprimiu um folheto mal intitulado *O Continente do Rio Grande* no ano de 1946, em plena agitação da Capital Federal do Brasil. Entre muitos erros e indemonstráveis arrojados, que a verdadeira história não admite, escreveu mais a seguinte barbaridade, que vem à página 48 daquele opúsculo: “Para compreender o *nascimento, formação e desenvolvimento do monarca* é necessário estudá-lo como um tipo social historicamente condicionado. O processo de diferenciação e integração desta personalidade há de fazer-se levando em conta a zona cultural historicamente determinada que o gerou adequadamente. O *monarca* é o fruto lusitano dos campos continentais.

Além disso, este contra-argumento está justificado como críticas ao aspecto estilístico do texto, rechaçando a representação do gaúcho construída por Rodrigues:

Redigido meio obscuramente e com feias redundâncias fônicas e até de sentido, o que se entende neste período parece que produz uma conclusão falsa, mentirosa, indefensável, estapafúrdia. Refiro-me ao *nascimento* e à *formação* (que significa *origem*) do tipo social do *gaúcho*, atribuído ao português por José Honório Rodrigues. (LIMA, 1962, p. 56)

Vimos que, no discurso historiográfico, os ensaístas que estão filiados à matriz lusa, aderem ao recurso de citar outros autores e, conseqüentemente, fazem uso de outras fontes para referendar o discurso de afirmação da influência portuguesa na formação étnica e social do gaúcho. Retomando a polêmica supracitada, Lima (1962, p. 56) invalida a consideração de Rodrigues respaldando-se em critério mais objetivo tal a periodização. Segundo ele,

O tipo social do *gaúcho* nunca, à luz da cronologia sul-americana, poderia filiar-se à vida e ao caráter dos conquistadores portugueses que povoaram o Brasil é uma questão de datas e... [...] de tudo.

E, junto à perspectiva temporal, o Autor acima, acrescenta o aspecto geográfico pormenorizado pela abrangência regional, que é negada, através da singularidade do gaúcho sul-rio-grandense, caracterizado por Rodrigues:

No Rio Grande do Sul, província tardia em seu povoamento e só anexada aos domínios lusos entre os últimos anos do século XVIII e o início do XIX, o tipo social do *gaúcho* apareceu quando havia evoluído fora, quando na Argentina e no Uruguai sofrera transformações temporais nas suas maneiras de viver, de agir e de pensar. É, portanto, falsidade pretender que o nosso sul-riograndense da campanha fronteiriça difere intrinsecamente, não se aproxima étnica e historicamente do cavaleiro do pampa platino. (LIMA, 1962, p. 57-58)

Por sua vez, sumariza esta contenda, em torno da formação étnica e social do gaúcho, por meio desta afirmação:

Não há possibilidade de dúvida quanto a não se achar o Rio Grande do Sul colonizado por lusitanos durante as XVI.^a e XVII.^a centúrias, nem pelo começo da XVIII.^a. Nenhum tipo social ali aparecera, pois nenhuma sociedade normal ou mesmo flutuante, imprecisa os portugueses mantinham dentro do que veio a ser, mais tarde, o território sul-riograndense. (LIMA, 1962, p. 58-59)

De acordo com Reichel; Gutfreind⁶ (1996, apud SCHEIDT, 2006), o conceito de território, cunhado desde a época colonial, está ligado à unidade econômica, social e cultural estabelecida por meio das relações sociais, comerciais e políticas entre esses países que desde então permaneceu pelo compartilhamento de hábitos, costumes e valores comuns afins. Tal como discursiviza o platinista Ornellas (1956, p. 37-38):

[...] provocou entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai um interpenetração luso-espanhola que serviu para dar ao gaúcho das duas parcelas territoriais quase que uma só fisionomia. Portugal deixou profundas influências na vida uruguaia como o Uruguai deixou profundas influências na vida rio-grandense. O Tratado de Madri ao consentir na permanência dos portugueses na Colônia do Sacramento consolidou a fusão dos dois povos.

Conforme Scheidt (2006, p. 3), pela perspectiva histórica, essa região pode ser considerada à fronteira já que está caracterizada por “[...] um espaço de intercâmbios comerciais, humanos, de idéias, em que as sociedades estabelecem trocas mútuas.” Em contrapartida, percebe-se que, nas fontes apresentadas anteriormente, há inscrição de uma alteridade pela língua, que permite a inclusão ou exclusão do grupo étnico, tal como afirma Barth (1998) ao referir-se a certos critérios e sinais que, segundo este autor, as pessoas utilizam para identificar traços de pertencimento e podem ser designados como os traços diacríticos, como por

⁶REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial**, São Leopoldo, UNISINOS, 1996. apud SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca das representações de nação na Região Platina. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 5, 2006. Disponível em: < www.anphlac.org/periodicos/revista/revista5/> Acesso em: 20 maio 2011.

exemplo: o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida; e, segundo, orientações de valores fundamentais – os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas.

1.5 Representação social e imaginário sobre o gaúcho

A construção social da identidade gaúcha é atualizada, e, frequentemente, posta à prova sempre que a relação do Rio Grande do Sul com o Brasil é discutida sob o ponto de vista histórico. É a manutenção de afirmação de pertencimento desse Estado ao Brasil, que se estabelece o embate entre autonomia e integração (OLIVEN, 2002).

Uma das funções da sociologia do imaginário se refere à comunhão social na qual se estuda os ideais-tipo, os sistemas de representação, a memória coletiva. (LEGROS, 2007).

Esses elementos podem estar relacionados à configuração de aspectos que são reunidos para constituir a identidade cultural de um grupo conceituado como o de comunidades imaginadas (Anderson, 2008).

Nesse sentido, o pertencimento a um grupo social é determinado pelo reconhecimento dos sujeitos que compõe esse grupo mediante elementos de identificação definidos entre eles — representação social. Seguindo essa linha de grupo social, a representação social do gaúcho no Rio Grande do Sul segundo Oliven (2002) foi ressignificada pela própria designação gaúcho que, inicialmente, foi identificado como um tipo social marginal até consolidar-se como gentílico, referindo-se a quem nasce no Rio Grande do Sul.

Além da perspectiva antropológica, mostramos a historicidade dessa designação pela constituição de um lugar de memória para exemplificar inserção dos grupos sociais, na construção do tipo gaúcho, por meio de Lima (1962), um autor que não está filiado a nenhuma das matrizes tematizadas nesse trabalho. Assim, ele apresenta a visão de quem está desconectado dessas filiações, mas que procura refletir sobre a referência às fontes e a outros materiais assegurando, de certo modo, uma objetividade na constituição desse tipo social:

Se os tivesse consultado, José Honório Rodrigues não disparataria em torno da origem do tipo social do gaúcho. Saberá que o governo das regiões platinas viveu sempre a citar, em suas partes oficiais dos séculos XVII e XVIII, uns indivíduos semi-nômades e indômitos que, a cavalo,

percorriam os pampas de Buenos Aires, dedicados ao enlaçamento de gado chucro⁷ e à venda livre dos couros. Esses indivíduos sem eira nem beira acabariam tomando (depois de serem chamados vagabundos, ladrões, vadios) o nome de *changadores*⁸ e *gaudérios*, que afinal cedeu o seu lugar ao de *gaúchos*. Tudo isto se processou fora do Rio Grande do Sul, antes do povoamento português da província meridional do Brasil e antes da fundação da transitória Colônia do Sacramento, núcleo de pouquíssima influência cultural, embora de função ativa em coisas do comércio platino do século XVIII. (LIMA, 1962, p. 59)

De modo geral, a análise das representações sociais se estabelece no léxico, conforme supracitado, quando se refere ao gaúcho.

Pela historiografia, é que a constituição da identidade nacional, nesse caso, do gaúcho, é estabelecida mediante critérios definidos e selecionados que possibilitam não só escolher os atores sociais participantes como também excluí-los caso não contemplem o perfil estabelecido (Gomes, 2009).

Apesar de integrar a matriz platina da historiografia sul-rio-grandense, Ornellas (1956, p. 29) procura situar onde se desenvolveu os primórdios da influência da colonização portuguesa, a fim de destacá-la entre os grupos formadores do Rio Grande do Sul:

A exigüidade do número foi, porém, compensada pela tenacidade da raça. A localização progressiva dos ilhéus açorianos e madeirenses, no Rio Grande, induz-se do próprio itinerário das nossas primeiras campanhas guerreiras. Vemo-los chegados ao porto de Rio Grande, penetrarem, depois, as terras de Viamão.

Ao utilizar a palavra raça, o autor associou-a à idéia de etnia, nesse caso, a do açoriano, ou seja, do português como parte constitutiva na formação do gaúcho do Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, Rosa (1957, p. 24), que é da vertente lusitana, minimiza as aproximações de outros grupos nessa composição e afirma:

O gaúcho platino e o gaúcho rio-grandense já na tessitura étnica se distinguem. Ao passo que no rio-grandense o sangue do indígena entrou em dosagem muito pequena, no platino a porcentagem foi elevada, como ensinam os próprios sabedores de lá. Vem daí, concluem também eles, o nomadismo, característico do gaúcho do Prata, inexistente no gaúcho do Rio Grande. Entre os nossos gaúchos, em verdade, o nomadismo, decorrente das suas atividades de tropeiros, de vaqueanos, de peões de

⁷ Segundo Oliveira (2005, p. 81), diz-se do gado não domesticado, bravio, selvagem e do animal de sela ainda não domado.

⁸ Aquele que faz changas ou carretos; ganhador, carregador, changueiro. (LIMA, 1962, p. 76).

xarqueadas e de estâncias. Mas não esqueçamos que os nossos peões morriam de velhos nos galpões da mesma estância, que os nossos posteiros atravessavam uma existência inteira naqueles ranchos erguidos nos confins dos campos dos patrões e amigos.

Pouco antes da década de 30, segundo Gutfreind (1992), surgiu o discurso do destino manifesto do Rio Grande, mobilização política e intelectual sul-riograndense que almejava a projeção do Rio Grande do Sul no Brasil, ou seja, no contexto nacional, tal como designado por esta historiadora – rio-grandinização do Brasil. Ainda, segundo a Autora acima, nessa época, permeava no imaginário dos políticos e intelectuais do estado sul-riograndense, uma doutrina positivista que “considerava a raça (enquanto característica biológica) e o meio físico como causas determinantes da história, que era elaborada pelo herói”.

Nesse sentido, Fonseca (1993, p. 419) salienta que

Após 1930, não há registro de uma vez sequer em que admitisse continuar adepto do positivismo — embora haja passagens em seus discursos demonstrando que a influência não se apagara totalmente. A ideologia de Vargas consubstanciava-se na negação da própria ideologia: nas entrelinhas, criticava o seu próprio passado, explorando a contradição dos que negavam a filosofia, mas religiosamente, seguiam uma delas. Embora se pudesse objetar que, em assim procedendo, Vargas continuava apegado a sua antiga formação positivista (negar a ideologia é princípio positivista), no mínimo far-se-ia necessário mencionar que, após 1930, a adoção dessa doutrina se deu de forma completamente diversa da do período anterior, pois, ao contrário da República Velha, sua influência apareceria nos anos 30 dissimulada, já que existia à medida que era negada.

Nesse momento histórico, em meados dos anos 1920, em virtude do progresso econômico do estado sulino e outros fatores de ordem social e política, tal manifesto tornou-se símbolo da luta pela integração nacional, por meio da universalização do gaúcho, ou seja, reafirmou-se intensamente a identidade lusitana para o Rio Grande do Sul. A tendência historiográfica lusa ganhou força.

Em contrapartida, afastavam-se as influências platinas nos trabalhos historiográficos. (GUTFREIND, 1992).

Discorrer sobre a ideologia no discurso historiográfico, requer apresentar o funcionamento em que a língua é mobilizada pelo sentido em um espaço discursivo ao qual a construção da identidade do sujeito gaúcho está assegurada. Essa análise discursiva advém da relação entre sujeito e língua. Além disso, revela ou evidencia a

produção e efeitos de sentidos da linguagem, uma vez que esses efeitos, na linguagem, significam histórica e politicamente (ORLANDI, 2006).

Consequentemente, possibilitam estudar a história de um discurso, enquanto revelador de um sentido e de uma ideologia, a partir de uma materialidade. Pode-se dizer que deste confronto emergem diferenças que, no caso desta pesquisa, permitem observar a fundação de um discurso ideológico, a partir da compreensão do modo como se sustentam as formações discursivas, quando se fala sobre o sujeito gaúcho, na década de 50 e 60.

Conforme o Preâmbulo do texto da Constituição⁹ do Rio Grande do Sul, redigida por Júlio de Castilhos, em 1891, período da República Velha, em que vigorava a doutrina positivista, emblema do Partido Republicano, que permaneceu no poder, durante muito tempo no estado, mas que é mantida no discurso da constituição sul-rio-grandense:

Nós, representantes do povo Rio-Grandense, com os poderes constituintes outorgados pela Constituição da República Federativa do Brasil, voltados para a construção de uma sociedade fundada nos princípios da soberania popular, da liberdade, da igualdade, da ética e do pleno exercício da cidadania, em que o trabalho seja fonte de definição das relações sociais e econômicas, e a prática da democracia seja real e constante, em formas representativas e participativas, afirmando nosso compromisso com a unidade nacional, a autonomia política e administrativa, a integração dos povos latino-americanos e os elevados valores da tradição gaúcha, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, o fragmento acima evidencia o imaginário político, no Estado, na década de 30. Estas concepções são reveladoras de princípios, em relação aos parâmetros positivistas (fundamentados na política e na ciência) e são fundamentais na garantia da liberdade e de outros valores, tais como o da religião.

Além disso, no final deste preâmbulo, os valores citados foram enaltecidos como “[...] elevados valores da tradição gaúcha” — liberdade, igualdade e ética — sendo que o termo gaúcho passa a ser assumido como gentílico, referindo-se ao habitante do Estado.

As representações sociais que utilizaremos nas análises sobre o tipo social gaúcho são estabelecidas em conformidade com as filiações dos sujeitos, em relação às matrizes historiográficas vistas nesse trabalho.

⁹ Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm>> Acesso em: 6 jun. 2011.

2 O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO: UM DISCURSO SOBRE A LÍNGUA

Naquela direção ficava o Continente de São Pedro, que Portugal, inimigo da Espanha, estava tratando de garantir para a sua Coroa. Um dia, um futuro talvez não mui remoto, os portugueses haveriam de fatalmente voltar seus olhos cobiçosos para os Sete Povos. Fazia sessenta e cinco anos que, com o fim de estender ainda mais seu império na América, haviam eles fundado à margem esquerda do rio da Prata a Colônia do Sacramento, a qual desde então passara a ser um pomo de discórdia entre Espanha e Portugal. (VERISSIMO, 2004, p. 44-45).

2.1 As línguas representadas no debate em torno da formação étnica e social do Rio Grande do Sul

Em se tratando da utilização de fontes, em relação à HIL, no Rio Grande do Sul, podemos destacar os trabalhos de Antonio Coruja, considerados pioneiros no campo dos estudos linguísticos. Do mesmo modo, podem ser destacados, os estudos feitos por pesquisadores tais como Propício Machado da Silveira e Walter Spalding (STURZA, 2006).

Nas obras destes pesquisadores, podemos salientar o discurso sobre a língua e construção de um imaginário sobre a língua, especificamente, sobre o linguajar do gaúcho, está pautado em uma diferença em relação às demais variantes do português, estando fortemente relacionado à história social do Rio Grande do Sul e a sua configuração geopolítica, contribuindo com a ideia de que temos muitos “espanholismos”, no linguajar do gaúcho.

Desta maneira, consideramos pertinente associar as ideias acima ao pensamento de Lima (1962, p. 80), sobre o imaginário sobre este linguajar:

O linguajar vivo e cotidiano da gente gaúcha no Brasil é, de fato, rico, cheio de características próprias, ligado fortemente à história, ao trabalho e à família sul-riograndense. Nenhum outro, em nossa pátria, possui tantas variedades e fontes, tantos recursos e expedientes semânticos. Portugueses, açorianos, brasileiros, áfricos, amerígenas, espanhóis etc. não lhe faltam tesouros léxicos, sintáticos e semiológicos no emprego diário da fala.

Identificamos uma discursividade, isto é, uma inscrição dos efeitos da língua na história (ORLANDI, 2005) sobre a variedade das línguas (portuguesa, espanhola, africana, indígenas), sobre o homem e sobre a etnia, na passagem supracitada sob a ótica de um sujeito não-especialista em linguagem. Trata-se de ver o linguajar sul-

rio-grandense pela perspectiva de quem não viveu no Rio Grande do Sul e, tampouco, filiou-se às matrizes historiográficas anteriormente mencionadas.

Esses pontos de vista desvelam percepções contrárias sinalizadas na língua, no que se refere à caracterização étnica e social do gaúcho sul-rio-grandense.

Os estudos em AD mostram que a língua funciona como interdiscurso retomando os dizeres já-ditos e esquecidos, formando um todo que está determinado tanto pela historicidade do discurso como da história (Orlandi, 2003). O efeito do interdiscurso ressoa não apenas na AD, mas também nos estudos enunciativos, pois segundo Guimarães (2005, p. 68) “[...] a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os.” Nas sequências enunciativas por meio das quais analisamos neste trabalho, mobilizamos as afirmações de um enunciador, para interpretar o funcionamento da língua, enquanto fonte no discurso de outro enunciador, seja pela negação ou confirmação de algo que foi citado.

Muito mais do que isso, resgatamos a constatação de Henry (1994, p. 45) sobre o funcionamento da língua:

[...] é preciso pensar que a ideologia é um ritual com falhas e a língua não funciona fechada sobre ela mesma, ela abre para o equívoco. Por seu lado, a história é história porque os fatos reclamam sentidos.

Ilustra bem a afirmativa acima sobre este funcionamento, quando baseado no relato de Lessa (1984, p. 13), ao sumarizar sobre a designação Rio Grande do Sul, isto é, ao mostrar a procedência do nome dado à região que hoje é denominada Rio Grande do Sul, como sendo a de Rio Grande de São Pedro:

Esse país [grifo nosso], pelo Tratado, pertencia à Espanha. Mas, por mar, os espanhóis não tinham como entrar, que a costa não dava pé; nem pelo interior, que Asunción e os demais *pueblos* não tinham como abrir sendeiros entre tribos tão hostis.

É verdade que alguns exploradores marítimos tentaram investigar, para a Espanha, o que poderia haver atrás dos areais, no rio que os portugueses chamavam de São Pedro.

[...] Na verdade, a barra que os navegantes espanhóis encontraram era mais propriamente uma enorme sucessão de bancos de areia andando de lá para cá. Não puderam ir adiante, sob pena de encalhar e emborcar.

Ficaram olhando de longe. E, achando ainda que se tratasse de um rio, deram-lhe o nome de Grande.

Na cartografia antiga ficaram aparecendo os dois nomes. O português, São Pedro, e o espanhol, Rio Grande. Quando não São Pedro do Rio Grande ou Rio Grande de São Pedro.

A historicidade contida na designação **Rio Grande do Sul** [grifo nosso] revela, pois, uma história sobre a língua, que é instaurada, ao vislumbrarmos as relações de poder na materialidade linguística referente às línguas portuguesa e espanhola.

Conforme Guimarães (2005, p. 48), “[...] um espaço de enunciação tem uma regulação específica.” É o modo de distribuir “[...] as línguas em relação a um modo particular [...]” de enunciação. Contudo, nesse espaço de enunciação, as línguas são enunciadas por meio de expressões nominais que funcionam pelo mecanismo da nomeação, que está estreitamente relacionado à condição sociohistórica que, neste caso, determina a formação da sociedade sul-rio-grandense desde seus primórdios.

Este conhecimento produzido não está vinculado a uma comunidade científica organizada; é muito mais uma produção de conhecimento isolada, mas que é parte de um conjunto de dizeres e “[...] saberes ‘sobre’ a língua [...]” (ORLANDI, 2002, p. 124) e que, portanto, podem constituir um história de idéias sobre o que é língua, sobretudo, porque apresenta uma historicidade, constituída por sentidos construídos historicamente. Por meio disso,

a historiografia retoma também a memória coletiva, ou seja, as explicações transmitidas através do tempo fora do espaço acadêmico – histórias populares, crônicas, cordeis, contos, almanaques, memórias – e as interpreta por meio de um método e categorias teóricas, ‘devolvendo’ essa interpretação à sociedade. (MONTEIRO, 2006, p. 62).

Uma abordagem, assim, sobre a formação étnico-social, passa a ser determinada nos estudos linguísticos do Rio Grande do Sul, instaurando um lugar de produção sobre este tema.

Os lugares de produção do conhecimento estão relacionados aos funcionamentos institucionais, que representam, na HIL, o espaço em que a materialidade linguística será produzida para atuar como comunidades de conhecimento. Conforme Auroux (2008, p. 130), essas “[...] comunidades têm uma função social geral de validação e legitimação.”

Nedel (2005) pesquisou como os intelectuais sul-rio-grandenses tentavam interagir com autores de outras regiões do Brasil, no período correspondente às décadas de 40, 50 e 60. Estes sul-rio-grandenses aspiravam a uma projeção profissional, em âmbito nacional, e, para isso, estabeleciam debates relacionados às temáticas sociais, sobretudo, em renomadas instituições de prestígio científico.

Conforme a autora acima, vários deles buscavam visibilidade e reconhecimento entre os pares, inclusive Laytano, que debatia temas e problemáticas pertinentes às pesquisas realizadas no centro do país sobre a cultura popular.

Na introdução de *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (1981), Laytano, ao descrever a organização do material que compõe a obra, cita, em ordem cronológica, cada monografia, destacando de cada trabalho a apresentação do mesmo, o tipo de evento em que foi apresentado, a espacialidade e a materialidade linguística de cada dessas produções, indicando ainda o modo de circulação deste saber:

1937 – RIO GRANDE – VOCABULÁRIO DOS PESCADORES DO RIO GRANDE DO SUL. Etimologia dos Termos praiheiros usados na Costa do Nordeste Gaúcho. 32 páginas. Anais do 2º CONGRESSO de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, em Rio Grande. Comemorativo de 2º Centenário da Fundação da Cidade do Rio Grande. Tese. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

1938 – SÃO PAULO – NOTAS DE LINGUAGEM SUL-RIO-GRANDENSES. 10 páginas. ANAIS do CONGRESSO DE LÍNGUA NACIONAL cantada. Gramática Dialetal. Tese.

1940 – BAHIA – OS AFRICANISMOS DO DIALETO GAÚCHO. Comunicado ao 2º Congresso Afro-Brasileiro. Síntese da Pesquisa antes (1936) pelo A. na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 118 páginas.

1952 – MACEIÓ – PEQUENO ESBOÇO DE UM ESTUDO DO LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO. IV Semana Nacional de Folclore. Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. IBEEC. Comissão Nacional da UNESCO. Ministério das Relações Exteriores. Publicado. Revista “Veritas” da PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nº 3. Vol. 6. Porto Alegre, 80 páginas, 1961.

1957 – RIO DE JANEIRO – VOCABULÁRIOS BRASILEIROS. Glossários de Termos Regionais da Língua Portuguesa Falada no Rio Grande do Sul. Trabalho para a Academia Brasileira de Filologia. “Revista Brasileira de Filologia”. 20 páginas.

1960 – PORTO ALEGRE – OS AÇORIANISMOS DO DIALETO GAÚCHO. 60 páginas. Congresso Brasileiro de DIALETOLOGIA. 1958. Legado Luso-Açoriano na Formação do Rio Grande do Sul. Publicado. 90 páginas. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul. 1974. INEP. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura.

1973 – RECIFE – PEREIRA CORUJA. Primeiro Brasileiro autor de uma Gramática da Língua Portuguesa. Gaúcho de Porto Alegre. Publicado ampliado de um trabalho apresentado no Seminário de Estudos Regionais, 1965. Pernambuco. 8 páginas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (LAYTANO, 1981, p. 16-17).

Tomando como base o que foi observado por Nunes (2007), a periodização cronológica destas produções funciona como reatualização da memória, que neste caso, atua como a memória discursiva da língua falada no Rio Grande do Sul.

A memória discursiva, segundo Orlandi (2003, p. 31):

[...] é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Por meio da historicidade dos títulos das apresentações acima, fica evidenciada como a língua, que é **gaúcha, sul-rio-grandense e brasileira** [grifo nosso] está constituída nessa materialidade. Estas designações para a língua enfatizam a sua procedência, é do Rio Grande do Sul e, sobretudo, brasileira. Além disso, a regularidade desses termos evoca a relação de poder da língua e serve para reafirmar a língua nacional presente na memória discursiva do linguajar do gaúcho brasileiro.

Convém mencionar que, ao longo da obra em estudo (LAYTANO, 1981), as sete monografias acima citadas não são apresentadas separadamente. Em relação ao modo de circulação dessa produção, o Autor mobiliza efeitos de sentido para a afirmação da língua nacional, em contexto acadêmico extra-regional, isto é, abrangendo regiões diferentes do Brasil.

Pelo que foi exposto, na obra de Laytano (1981), no Rio Grande do Sul, a produção de conhecimento, em relação aos **dizeres sobre a língua** [grifo nosso], não deixou de difundir o regionalismo, enquanto tema de pesquisa e de reflexão que propicia o debate de ideias. Consideramos, neste sentido, que regionalismo pode abranger, não somente o entendimento sobre um conjunto de práticas culturais, sentimentos e interesses, peculiares aos habitantes de uma região, como o fato linguístico e/ou a língua, específicos dessa região e que faz parte de sua identidade regional que, por sua vez, integra uma identidade mais ampla ou nacional. (GOMES, 2009) (SACCONI, 1998).

Além disso, ao retomar o discurso sobre o luso e o nacional, Laytano (1981) reproduziu heranças de uma discursividade geopolítica, arraigadas ao longo do tempo e que foram determinantes para formação sociohistórica e política do Estado.

2.2 O linguajar do gaúcho brasileiro: um discurso sobre a língua

De acordo com Auroux (2008), a ciência é um fenômeno social e está composta de três itens: teórico – caracterizado pelas representações; prático – caracterizado por valores/normas; interesse pelo conhecimento sociológico que é promovido por meio das instituições, das publicações e outros.

No caso desse trabalho, tratamos do linguajar do gaúcho como meio externo de representação humana a qual Auroux (2008) afirma que essa caracterização ocorre através de instrumentos técnicos, identificados como elementos de representação.

Para retratar esse linguajar, Laytano (1981) buscou diversas representações que pudessem, de certo modo, caracterizar seu objeto de análise, tais como as gramáticas, que são consideradas instrumentos linguísticos. E, nesse sentido, sendo ou não um instrumento linguístico, esses elementos são realidades materiais, que reconstróem a significação das representações, visto que elas “[...] têm um valor intelectual e moral na nossa relação com o mundo.” (AUROUX, 2008, p. 126). Além disso, resgatam contato com os objetos históricos, que são conhecimentos científicos porque são objetos representados e descritos pelos sujeitos produtores desse conhecimento.

Sobre o conhecimento prático, podemos considerar o contexto sociohistórico da AD que pode determinar as condições de produção das formações discursivas (FD).

O discurso da história, de certo modo, produz um saber, partindo do pressuposto de que “[...] todo o conhecimento remete a uma realidade histórica.” (AUROUX, 2008, p. 11).

A partir do horizonte de retrospectão, retomamos o eixo histórico para a interpretação do objeto desta pesquisa.

Logo, considerando a produção do conhecimento linguístico, uma discursividade é instaurada, a partir das ideias sobre a linguagem, sob o aspecto do plano epilinguístico e do metalinguístico. (AUROUX, 2008).

A formulação desse discurso está fundamentada em um conjunto de materiais, textos e documentos diversos. Alguns são de natureza científica, outros mais narrativos e descritivos, segundo a heterogeneidade das fontes.

A partir do século XVIII, os estudos literários e a pesquisa historiográfica vão se consolidando, enquanto espaços de reflexão e de pesquisa. Da mesma forma, o seu reconhecimento como tal, repercutiu nas investigações linguísticas que, a partir do século XX, passaram a ser reconhecidas, sendo-lhes outorgado um *status* científico.

Esta produção, no que concerne à História e à Literatura, está construída sobre as fontes, que são consideradas elementos físicos, de acordo com Remédios (2004). Segundo a pesquisadora, em se tratando de fontes, elas são caracterizadas como: primárias, documentais/materiais e secundárias. São primárias porque são constituídas de textos, objetos, fatos (circunstâncias) que, por conterem o foco do estudo, fazem parte do material do pesquisador que, geralmente, têm que decifrá-las e ordená-las. As fontes documentais/materiais apresentam uma dimensão temporal visto que há um sujeito histórico que gera o registro de um evento, na forma de, por exemplo: diários, cartas, testemunhos, escrituras, desenhos, esboços e relatórios de pesquisas. Tanto as fontes primárias, como as documentais/materiais contribuem para capturar a realidade, especialmente a realidade histórica. As fontes secundárias servem apenas de pista, ou para comprovar informações. Nesse sentido, toda a fonte precisa ser construída por um sujeito e apontar fatos de uma realidade, visto que constituem a historicidade destes.

A respeito disso, o que nos interessa, neste trabalho, é destacar a constituição das fontes como determinantes numa discursividade sobre um linguajar, para que compreendamos as filiações teóricas e as correntes epistemológicas que permeiam este estudo. E que remetem ao funcionamento das contribuições étnicas que designam o linguajar do gaúcho.

Assim, adotamos essa caracterização (REMÉDIOS, 2008) para nortear nossa análise sobre as fontes que são ressignificadas em *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981).

Neste percurso, identificamos muitas fontes nesta obra. Dentre estas destacam-se: gramáticas, adagiários, antologias, cancioneros, poesia popular e catálogos sobre literatura e artes referentes ao gaúcho, além de fontes orais, como, por exemplo, o falar gaúcho nas estâncias, a respeito do qual Laytano (1981, p. 22), assim afirma: “O falar também se abrigou de forma típica na estância.”

Para os propósitos desse trabalho, também analisamos as ambivalências dos açorianismos e dos espanholismos: Como açorianismo, entendemos que é o

elemento de linguagem (palavra, pronúncia, sintaxe etc.) próprio do português falado nos Açores, seja no português seja em outra língua. (HOUAISS, 2012)¹⁰. Quanto ao espanholismo, Houaiss (2012)¹¹, define como “[...] um modo de falar ou de escrever próprio da língua.” Visto que estes modos de referir-se a essas línguas, remetem a um embate, materializado na memória discursiva, que caracteriza o linguajar do gaúcho brasileiro presente na discursividade da obra de Laytano (1981).

O Quadro, a seguir, dividido de acordo com as duas abordagens do autor na obra em estudo: estudos da língua e estudos do linguajar, destaca os dois principais tipos de fontes que foram referenciadas por Laytano, quando ele pesquisou sobre o linguajar. Como fontes primárias, ele cita autores renomados, para justificar e caracterizar a língua estudada por ele. Para descrever como é a língua, ele utiliza as fontes documentais/materiais, no sentido de reconstituir a origem desse linguajar:

O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO (1981)	
Estudos da LÍNGUA	Estudos do LINGUAJAR
“Aurélio Porto, Eduardo Duarte e Augusto Meyer, além de outros naturalmente, explicam assim o aparecimento de vários regionalismos gaúchos, nem sempre brasileirismos.” (LAYTANO, 1981, p. 41).	“[...] documentos administrativos, mesmo os de caráter particular, ou nas peças de arquivos sobre batalhões ou regimentos, tem-se procurado os dados linguísticos dos primórdios do nosso dialeto.” (LAYTANO, 1981, p. 41).

Quadro 1 – Fontes documentais citadas por Laytano (1981)

Destacamos que, em partes da obra “[...] houve uma recapitulação histórica do ensino do Português e da linguagem dialetal no campo da poesia e das letras.” (LAYTANO, 1981, p. 22), levando em conta que esse conhecimento se constitui em um saber metalinguístico produzido e documentado por Laytano. A ideia sobre a língua, produzida por este Autor, não só contemplou o estudo da forma da língua, ou seja, pelo aspecto normativo desta produção de conhecimento, como também contemplou uma linha mais diacrônica, especialmente a do dialeto gaúcho e o uso de regionalismos típicos do Rio Grande do Sul. Isso permitiu-nos perceber esta obra como um instrumento tecnológico de produção do conhecimento que historiciza o saber metalinguístico da língua portuguesa praticada nessa região (AUROUX, 2008). Nesse sentido, apresenta reflexões sobre aspectos da língua portuguesa do

¹⁰ Documento eletrônico

¹¹ Documento eletrônico

Rio Grande do Sul e como o linguajar do gaúcho se constitui como uma variante do português.

O Autor acima citado discorre, desta forma, sobre o legado linguístico português e procura contextualizá-lo no primeiro capítulo da obra em questão:

Investimos nesse capítulo inicial, praticamente numa abertura da problemática análise filosófica do acervo da gramática portuguesa em uso no Rio Grande do Sul e cuja perspectiva precisa ser tomada em consideração pelo respeito ao idioma. Parece que aí reside a força do falar gaúcho. Herdou do açoriano uma linguagem do quinhentos, pelo menos um vocabulário, se não quiser dizer-se linguagem que de fato foi empregada no Rio Grande do Sul no século XVIII mas que caiu em desuso. De qualquer maneira, o gaúcho é um grande respeitador da pureza do idioma. A própria primeira gramática portuguesa que apareceu no Brasil foi a escrita por um gaúcho de Porto Alegre. (LAYTANO, 1981, p. 21).

Houve, por parte do Autor, uma preocupação em caracterizar e maximizar o aspecto formal e estrutural da língua portuguesa e, para isso, ele procurou remetê-la a um espaço geográfico, referir-se ao Rio Grande do Sul para situá-la em termos de uma temporalidade desde o início da colonização portuguesa neste Estado em meados do século XVIII.

O Linguajar do Gaúcho Brasileiro (Laytano, 1981) constitui, pois nosso modo de entrada, na HIL, já que traz uma historicidade que nos permite analisar como os saberes sobre esse linguajar, no contexto sul-rio-grandense, circularam, na década de 80, demarcando, desta forma, nosso recorte temporal, elemento essencial na constituição e produção do saber, segundo Auroux (2008).

Assim, esta obra oferece condições pelo seu conteúdo para a análise dos efeitos do discurso dos ensaístas desde um lugar do saber histórico sobre os argumentos, em torno das especificações do português do Rio Grande do Sul, neste caso, designado como um linguajar do gaúcho brasileiro.

Ao mesmo tempo que se refere à heterogeneidade do português brasileiro, Laytano aponta sua diferença, em relação ao gaúcho platino. Aqui, a língua é um **sinal de identificação** da origem do sujeito [grifo nosso].

As fontes compiladas referendam o tipo de argumento mobilizado este Autor, que reaparece funcionando no interdiscurso, o qual Orlandi (2005, p. 59) é o “[...] conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade do mesmo dizer.” Ainda segundo a linguista, este

conceito pode ser designado como memória discursiva em que já há um sentido constituído, que pode funcionar em outro lugar. Desse modo, estes sentidos, assim constituídos, filiam-se a redes de memória.

Consideramos importante destacar como Orlandi (1996) descreve em seu trabalho o funcionamento da memória no discurso. Ela afirma que esse processo se realiza pela produção de efeitos de sentido através da ideologia e do inconsciente. A memória discursiva está relacionada à noção de interdiscurso que são as formulações feitas por meio de um já-dito que, segundo a autora, ressignifica e produz deslocamentos. A memória institucionalizada é regulada pelos sentidos por meio da formação discursiva que regula o que pode e deve ser dito. Assim, a autora acima (1996, p. 48) afirma que “[...] o gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso) podendo assim tanto estabilizar quanto deslocar sentidos.”

Procuramos mostrar as condições de produção e a conjuntura sociohistórica como externalidades que instauram a historicidade de um objeto, neste caso, a obra de Laytano (1981), num horizonte de retrospectão. Este, segundo Auroux (2008) compreende os registros que mostram a circulação ou o percurso de teorias reproduzidas, que antecedem ao conhecimento pesquisado. Assim, as teorias geradas são (re)transmitidas e significam, diferentemente, quando “[...] uma teoria é tida como original, quer porque dados e/ou conceitos novos foram introduzidos, conceitos geralmente emprestados de teorias vizinhas, quer porque o campo foi reorganizado.” (DELESALLE; CHEVALIER, 1986, p. 3).

Em se tratando de Rio Grande do Sul, a produção de conhecimento histórico se deu da seguinte forma, segundo Cesar (1971, p. 37): “[...] os primeiros trabalhos que se propuseram a tematizar aquilo que se acreditava ser a história sul-riograndense foram fruto de iniciativas individuais e desconexas.”

Especialmente, nessa pesquisa, a interpretação do saber de cunho historiográfico está organizada em um horizonte de retrospectão uma vez “[...] que todo saber sendo um produto histórico significa que ele resulta, a cada instante, de uma interação das tradições e do contexto” (AUROUX, 2008, p. 14), ou seja, todo o conhecimento deriva de uma tradição que, no caso da produção do conhecimento linguístico, ocorre por meio do resgate das produções e das contribuições históricas, que precederam um determinado fato. Desse modo, a historicidade é um novo modo

de organizar a história a partir das ideias que se constituíram um dado conhecimento.

No âmbito da história dos conhecimentos linguísticos, os trabalhos e obras podem ser classificados do mesmo modo que aqueles que se constituem em base documentária (fontes) para a pesquisa empírica. (AUROUX, 2008).

Assim, a representação humana é materializada e explicada, por meio de uma externalidade cognitiva, que passa a constituir a ciência, aceitando, por isso, as representações como realidades materiais. Além disso, “[...] elas têm um valor intelectual e moral na nossa relação com o mundo.” (AUROUX, 2008, p. 126).

Em relação ao tema desta pesquisa (LAYTANO, 1981), cabe destacar o pensamento de Cesar (1970, p. 34):

Até hoje, entretanto, o luso-brasileiro tem transmitido aos outros grupos, de maneira, estável, as marcas da cultura-padrão do nosso país. Principal veículo desta última, a língua portuguesa vem penetrando profundamente a chamada zona colonial, onde estão em vias de dissolver-se os quistos culturais que até a Segunda Grande Guerra viviam quase que completamente marginalizados do ponto de vista linguístico.

As afirmativas dos autores acima embasam e reiteram as premissas acerca da relação entre a História e a Língua, uma vez que a história da palavra, da língua e dos falantes faz parte do processo histórico e político, que interfere na criação e na ampliação do espaço de distribuição das línguas, enquanto espaço enunciativo.

3 AS FONTES NA CONSTITUIÇÃO DE UM DISCURSO SOBRE O LINGUAJAR DO GAÚCHO

Laguna, posto extremo dos domínios portugueses no sul do Brasil, estava separada da Colônia por uma vasta extensão de terras desertas, cruzadas de raro em raro por grupos de vicentistas que, passando pela estrada por eles próprios rasgada através da Serra Geral, iam e vinham na sua faina de buscar ouro e prata, arrebanhar gado e cavalos selvagens, prear índios e emprenhar índias. Metiam-se esses demônios Continente adentro, seguiam o curso dos rios, embrenhavam-se nas matas e, abrindo picadas a golpes de facão e machado, fazendo estradas com cascos de seus cavalos e tropas, iam ao mesmo tempo rechaçando para o oeste e para o sul o inimigo espanhol. (VERISSIMO, 2004, p. 44-45).

3.1 Do Sentido do Estudo das Fontes

Para abordar o funcionamento das fontes, na produção do conhecimento linguístico acerca do linguajar do gaúcho brasileiro (LAYTANO, 1981), levamos em conta a proposta de Chevalier; Delesalle (1986), para investigar as fontes utilizadas por Laytano, a fim de descobrir filiações teóricas e ideias que passam a constituir a produção de um novo saber linguístico. No caso particular da obra e do tema em estudo (LAYTANO, 1981), estas filiações e estas ideias adentram também no campo da História e, em decorrência, conduzem ao uso de fontes consideradas históricas.

Para embasar as afirmativas acima, recorreremos também ao referencial teórico situado nos estudos de Burke (1992, p. 11) sobre história cultural, enquanto uma “[...] nova história [...]”, que destaca o relativismo cultural, ou seja, “[...] a base filosófica da nova história é a ideia que a realidade é social ou culturalmente constituída.” Segundo este autor (1992, p. 13), o senso comum da história, ou seja, o paradigma tradicional, está predominantemente baseado em documentos do tipo “[...] registros oficiais [...].” Estes documentos, porém, tornam-se limitados para a pesquisa científica, uma vez que apresentam apenas o ponto de vista oficial, isto é, a informação legitimada pelo poder constituído. Desta forma, caberá a outros tipos de fontes e, conseqüentemente, a outras versões, não consideradas oficiais, sobretudo, aquelas que são ignoradas e/ou excluídas pelo poder, o oferecimento de outras variedades de evidências, sejam gráficas, visuais ou orais, que permitam formas alternativas de exploração de novas perspectivas do passado. (BURKE, 1992).

O ponto de vista acima vai ao encontro da proposta de uma nova abordagem para o estudo da História, exposta por Lucien Febvre e Marc Bloch os quais,

segundo Fávero (2006), perceberam uma inadequação, em relação aos métodos científicos do paradigma tradicional da História. Neste sentido, buscaram, ampliar as possibilidades de fazer História, redimensionando-a e relacionando-a com outras disciplinas, especialmente, as Ciências Sociais. Surgia, assim, outra dimensão de estudo sobre a História, isto é, a dimensão interdisciplinar, visando integrar diferentes saberes temáticos ou disciplinares, relacionada aos aspectos econômicos, sociais, culturais e, por extensão, linguísticos, sendo estes últimos a base de toda a vida em sociedade. (DURAND, 2007).

Para consolidar e difundir esta nova abordagem do estudo da História, em muito contribuiu a criação, em 1929, da revista francesa *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale* que renovou, significativamente, o objeto da História que antes centrava-se em fatos julgados relevantes, passando a dedicar-se “[...] ao homem, suas significações, ações e intenções, analisadas em seus grupos.” (FÁVERO, 2006, p. 20).

Em relação às fontes presentes na obra de Laytano (1981), fez-se necessário também, relacioná-las à noção de arquivo e de memória, visto que estas noções estão imbricadas no sentido de como a fonte se constitui para a produção do conhecimento sob a perspectiva da HIL, considerando ainda a historicidade da qual se constitui *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981).

Tomamos, pois, a noção de arquivo, que foi estabelecida, no âmbito da AD e assim expressada por Orlandi (2002, p. 11):

o arquivo é o discurso documental, a memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência da linguagem.

A noção de memória, que mobilizamos aqui, reitera o que Orlandi (2005, p. 59) define como “[...] algo que fala antes, em outro lugar, independentemente.” Além disso, é um sentido constituído que, ao funcionar em outro lugar, estabelece uma rede de sentidos. Destacamos ainda a memória coletiva que está ancorada em materiais, dentre os quais o documento definido por Moreira (2004) como prova material, ou seja, uma evidência para uma história, uma narrativa ou um discurso.

Propusemo-nos, desta forma, pensar o discurso documental, ligado às fontes documentais as quais Laytano recorre em *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (1981), ao usar processo de referenciação, caracterizado pela frequência de remissões ao discurso dos ensaístas que sustenta a constituição de diversos argumentos presentes na sua obra.

Além disso, ao identificarmos uma significativa referência e uma retomada de dizeres, presentes nessas fontes, recorreremos ao conceito de memória discursiva ainda no âmbito da AD, tal como Orlandi (2003, p. 31) a define: “[...] o saber discursivo que torna possível todo o dizer [...] sustentando cada tomada da palavra.”

Vale lembrar que a nossa proposta de análise, ao considerar o discurso sobre a língua, produzido por Laytano (1981), buscou mobilizar o funcionamento dos sentidos, na enunciação deste Autor, tal como ele se apresenta, enquanto enunciador. O discurso que ele produz se materializa em um conjunto de textos que se significam por evidenciar um determinado conhecimento sobre a língua.

Desse modo, identificamos as fontes referenciadas por Laytano (1981) como **suporte** [grifo nosso] de um arquivo, que apresenta as regularidades e especificidades de um linguajar o qual Laytano (1981) descreve, interpreta e para o qual atribui sentidos.

Laytano (1981) procura resgatar a matriz lusitana da língua do gaúcho do sul do Brasil, enaltecendo as influências de origem portuguesa sobre ela, fazendo, desta forma, funcionar a formação discursiva do lusitanista e de afirmação de pertencimento ao nacional. Também para ele, a memória discursiva é significada pelo português, que silencia os sentidos atribuídos ao regional e ao local, em busca da unidade da língua.

Ao discorrer sobre a importância da língua portuguesa, o Autor destaca:

As variedades de seu falar que, em absoluto, mudaram, em tempo algum, a arquitetura do idioma, a visibilidade perfeita do texto, a fonética ou a semântica. As partes diferentes da gramática não foram sacrificadas ou afetadas pelo expressionismo local, regional ou geográfico. (LAYTANO, 1981, p. 13).

O discurso historiográfico de Laytano é mobilizado pela matriz lusa, que regula e constitui os efeitos de sentidos desse linguajar, pois, configura uma identidade, que se inscreve na constituição da língua nacional. Quando se refere à “[...] arquitetura do idioma [...]”, à “[...] visibilidade perfeita [...]” apresenta sentidos para a língua, enquanto uma estrutura, ressaltando as condições para a sua

padronização, de acordo com o pensamento saussuriano sobre a estrutura formalista da língua a qual se reflete no seu funcionamento interno. (BENVENISTE, 2006) (SAUSSURE, 2007).

Desde o título de sua obra, *O Linguajar do gaúcho brasileiro*, Laytano (1981) procura estabelecer a diferença entre a língua portuguesa, enquanto língua nacional, e a especificidade da língua, falada no Rio Grande do Sul, pelo sintagma do “[...] gaúcho brasileiro [...]”, que particulariza esse linguajar.

3.2 Dos estudos enunciativos

Partindo do pressuposto de que a teoria da enunciação remete a um sujeito, coube a Émile Benveniste ser um dos primeiros linguistas a propor um modelo de análise linguística, conduzida, a partir da referida teoria. Este modelo considera, com base no estruturalismo saussuriano, a constituição do homem, enquanto sujeito, na língua, ou seja, a intersubjetividade na linguagem.

Conforme este linguista,

[...] não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1991, p. 285).

Em outras palavras, de acordo com este autor, a constituição do homem, enquanto sujeito, se dá “[...] na linguagem e pela linguagem [...]”, porque somente a linguagem se fundamenta na realidade e esta, em cada locutor que se apresenta como sujeito.

A teoria da enunciação instaura a categoria linguística de pessoa, através dos pronomes pessoais os quais revelam a subjetividade, agregados também a outras classes gramaticais, tais como: pronomes demonstrativos, advérbios e adjetivos, a fim de situar e organizar as instâncias temporais e espaciais relacionadas ao sujeito. A esse diferencial, abordado nos estudos linguísticos, acrescentamos a afirmativa de Benveniste (1991, p. 286): “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como sujeito.” Para este autor, (2006, p. 82), o sujeito enuncia, logo: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” Outro aspecto importante relacionado à enunciação é a noção de sentido que “[...] se forma em palavras e em que medida se pode distinguir

entre as duas noções e em que termos descrever sua interação”. (BENVENISTE, 1991, p. 83). Segundo ele, é a semantização da língua, que está no centro deste espaço de enunciação, que conduz à teoria do signo e à análise de significância.

A língua, segundo Saussure (2007), enquanto estrutura, está organizada em dois níveis: semiótico e semântico. Em conformidade com essa bipartição, Benveniste (1991) remonta a esta acepção saussuriana de língua como sistema de signos, para delimitar a significação. Assim, de acordo com estes autores, signo é o elemento da unidade semiótica, de caráter bilateral, formado por significante e significado, sendo que o significante “[...] é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo.” (BENVENISTE, 1991, p. 225). É no uso da língua que um signo existe, no nível semiótico. Já, no nível semântico, o domínio da língua se dá em emprego e ação, através da frase. Segundo este mesmo autor (1991, p. 229):

É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e, por consequência, a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência.

Ainda, acrescenta este autor, que o sentido da frase subjaz à referência, numa situação de discurso perante a atitude do locutor. Por isso, “[...] se o sentido da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado das coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta.” (BENVENISTE, 1991, p. 231). Cada frase é única e tão singular, que vai além do sentido individual das palavras. Só existe, enquanto é pronunciada, ou seja, deixa de funcionar logo após ter sido pronunciada. Assim, o sentido das palavras é determinado pelo contexto da situação.

A explicitação dessas duas modalidades de organização da língua, de certo modo, estabelece a distinção fundamental, proposta em seus estudos pelo linguista francês, entre intersubjetividade e enunciação — a referência — representada, no discurso, pelo sujeito. Sob estas condições, segundo Guimarães (2002, p. 32) foi apresentado “[...] um modelo de análise da enunciação em que os interlocutores referem e co-referem na atribuição de sentido às palavras.”

Em 1897, o aspecto subjetivo da linguagem já é mencionado por Bréal (1992) apud Guimarães (2005, p. 16)¹² que fundamenta a Semântica, enquanto ciência e disciplina linguística, que estuda as significações, considerando as palavras na frase. O autor acima citado afirma que “As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases.” Considera ainda que a linguagem se dá pela intervenção da vontade do homem e, por ser um fenômeno humano, não deixa de ser histórico também, já que o homem, ao transformar a linguagem, modifica-a e, conseqüentemente “[...] esta mudança se dá segundo algum modelo da própria linguagem [...] o princípio de funcionamento da linguagem está nela mesma. E assim é porque a mudança é sempre algo relativo, fundamentalmente, à significação.” (BRÉAL, 1992 apud GUIMARÃES, 2005, p. 16).

A partir desta concepção, segundo Guimarães (2005), a Semântica passa a abranger algumas correntes de estudo da língua, que adotam a idéia de linguagem como processo de significação. Dentre estas, estão: a) Semântica Veritativa, delineada por Tarski, em 1944, a partir do conceito de verdade; b) Filosofia da Linguagem em que Frege distingue o sentido de referência; c) Máximas Conversacionais conceituadas por Grice, ao tratar da Pragmática; d) todos os estudos, ligados à Pragmática, tais como os de Bar-Hillel, Stalnaker, Morris e outros; e) contribuições da Filosofia analítica que, ao tratar a linguagem como ação, fundamentou a teoria dos atos de fala, proposta e idealizada por Austin e que está associada à ideia: dizer algo é realizar; f) revisão do caráter performativo da linguagem, desdobrado por Searle como atos de linguagem; g) Semântica Argumentativa, através de Ducrot e Anscombe, pela qual a argumentação é vista como relação de sentidos, construídos na linguagem e que pode ser interpretada; h) Semântica do Acontecimento, que visa demonstrar que a constituição dos sentidos depende, principalmente, das relações discursivas linguísticas, usadas em diversas expressões e manipulações do poder. Some-se a isso, segundo Guimarães (2002), o conhecimento construído pela linguagem, que agrega o político e o histórico e considera o enunciado, no texto, de forma não composicional. O autor ressalta, primordialmente, a questão do acontecimento como materialidade histórica do real. O acontecimento temporaliza, resgata algo que já faz parte do memorável e é esse memorável que vai caracterizando, demarcando o sentido. Isto significa que o

¹² BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**. Campinas: Pontes, 1992 apud GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do sentido**. Campinas: Pontes, 2005. p. 16.

funcionamento da língua está em aberto, pois a língua funciona no espaço da enunciação, que é configurado por acontecimentos enunciativos. Por enunciação, entendemos o fenômeno ocorrido, a partir da relação sujeito/língua, e que está sempre agenciado por lugares sociais de dizer, isto é, os sujeitos só podem falar como locutores desde uma determinada posição social. O enunciado não é um fato isolado no tempo, mas recorta uma temporalidade o que significa conter em si um memorável e uma latência de futuro. (GUIMARÃES, 2002).

Nesta teoria, há menção: ao enunciador individual, como aquele que representa um dizer independente da história; ao enunciador genérico e ao enunciador universal, que, além de apagar o seu lugar de dizer, parecer ser o pioneiro daquilo que está sendo dito. Por isso, há espaço para pouca responsabilidade sobre o que diz, visto que tais dizeres são apenas verdades absolutas, fatos, possibilitando, desta forma, uma leitura objetiva por parte do leitor, já que se trata de verdades incontestáveis, óbvias, características estas muito interessantes e eficazes para textos historiográficos. (GUIMARÃES, 2002).

Como categorias analíticas, que revelam o funcionamento do sentido dos nomes sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento, destacamos a nomeação, a designação e a referência, que caracterizam, conforme indicado por Guimarães (2005), modos diferentes de ocorrência dos funcionamentos semânticos.

O processo da nomeação acontece, quando se atribui um nome a algo/alguma coisa.

A designação vai mais além, pois se refere à significação desse nome, em relação à historicidade produzida; assim, a nomeação é constitutiva da designação.

A referência está voltada para o modo “[...] como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituíbilidade.” (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

Deste conjunto de propostas e de conceitos os quais reconfiguraram e retomaram a questão da significação, emergiram algumas vertentes que alicerçaram a Semântica Histórica da Enunciação. Incluído nessas, o sentido, que implica uma questão enunciativa na qual se inclui a história “[...] no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência.” Além disso, “[...] o sentido deve ser tratado como discurso e definido a partir do acontecimento enunciativo.” (GUIMARÃES, 2005, p. 66). Este acontecimento enunciativo, segundo o mesmo autor,

[...] cruza enunciados de discursos diferentes de um texto. A enunciação, então, se dá como o lugar de posições de sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade. Deste modo, aquilo que se significa, os efeitos de sentido, são efeitos do interdiscurso no acontecimento.” [...] Esta relação de interdiscursividade mobiliza, a intertextualidade. (GUIMARÃES, 2002, p. 68).

Neste sentido, a língua, para o autor acima, funciona, enquanto acontecimento de linguagem, pela enunciação, ou seja, quando o enunciado aparece. Quem enuncia é o sujeito “[...] enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico [...]” (GUIMARÃES, 2002, p. 11). Este acontecimento é que firma a temporalidade, que se representa num presente. Cada acontecimento remete a uma nova temporalidade. Esta relação: acontecimento - temporalidade é que nos dá o lugar da historicidade específica da enunciação.

3.3 Eixos enunciativos e perspectivas sobre a formação étnica e social

O eixo enunciativo, dispositivo analítico, utilizado por Pfeiffer (2001, p. 169), pode ser entendido como um modo de organização dos dizeres, a partir de “[...] uma posição homogênea de onde o sujeito fala.” Nesse sentido, várias enunciações podem ser constituídas, tendo como procedência o mesmo lugar discursivo.

Dois eixos podem ser vislumbrados, segundo a perspectiva enunciativa, na obra em estudo (LAYTANO, 1981): a) o dizer de Laytano, enquanto professor e ensaísta; b) o dizer de Laytano, enquanto dialetólogo, sendo que ambos dizeres colocam o enunciadador Laytano em diálogo com o discurso dos ensaístas os quais não são especialistas em linguagem.

O Linguajar do Gaúcho Brasileiro (LAYTANO, 1981) é uma obra composta de várias pesquisas, tanto documentais, como bibliográficas.

No quadro, a seguir, destacamos os eixos enunciativos, identificados, na obra em questão, buscando evidenciar como se estabelece a conexão dos estudos históricos com os estudos linguísticos sob a perspectiva do Autor:

O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO (1981)	
Estudos da LINGUA	Estudos do LINGUAJAR
Fontes legitimadas, institucionalizadas	Fontes históricas reconhecidas
Estudos gramaticais	Especificidade do português do Rio Grande do Sul

Quadro 2 – Eixos enunciativos da obra *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (1981)

Como fontes legitimadas, institucionalizadas, consideramos as fontes acadêmicas, porque Laytano foi professor e pesquisador, vinculado a instituições de ensino superior, espaço que legitima a produção intelectual dela emanada. Como fontes históricas reconhecidas, consideramos aquelas que reúnem um conjunto de documentos utilizados para representar um fato ou evento histórico, que não foi gerado em contexto de produção acadêmica.

Neste sentido, para avançar na análise da obra estudada, valemo-nos do mecanismo da reescrituração a qual, segundo Guimarães (2011, p. 46) “[...] consiste em se redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão.” Ainda, segundo este autor, trata-se de um modo de construir o sentido para uma determinada palavra.

A reescrituração, desta forma, pode ser considerada como um dos procedimentos de interpretação, quando o acontecimento enunciativo é posto em funcionamento, na língua.

O Quadro abaixo evidencia este procedimento, na obra em estudo:

<p>O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO (1981)</p> <p>“língua portuguesa” (p. 22)</p> <p>“linguagem do gaúcho” (p. 24)</p> <p>“linguajar gaúcho” (p. 41)</p> <p>“nosso dialeto” (p. 41)</p>
--

Quadro 3 – Reescrituras acerca do *linguajar do gaúcho brasileiro*

As reescrituras destacadas acima apresentam marcas de homogeneidade para redizer o linguajar do gaúcho brasileiro. No entanto, estas formas linguísticas se configuram diferentemente: língua, linguagem, dialeto e, também, por repetição - linguajar - e fazem surgir outras designações, por meio de predicções diferentes.

3.4 O Mecanismo da Referenciação no Funcionamento das Fontes

A referenciação, segundo Guimarães (2005, p. 9), caracteriza-se como “[...] um meio pelo qual uma expressão linguística particulariza um objeto na e pela enunciação.” Desse modo, a referência, em seu funcionamento semântico constitui o

processo de significação de um enunciado. Assim, adotamos, neste estudo a noção de referenciação, enquanto mecanismo que constitui “[...] a relação, num acontecimento de enunciação específico, entre uma expressão linguística e algo no mundo, que a expressão particulariza entre outras.” (GUIMARÃES, 2006, p. 128).

Considerando o modo de entrada que escolhemos, para identificar, na obra de Laytano, *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (1981), a produção do conhecimento lingüístico e o uso das fontes, retomadas do discurso historiográfico dos ensaístas por este autor, verificou-se que há uma regularidade no uso do mecanismo da referenciação – neste caso, funcionando como retomada de fontes – que leva a produzir alguns pontos de aproximação e de distanciamento, que intervieram no debate sobre a formação do gaúcho, nesta obra. Um ponto de aproximação, que pode ser citado, é a menção de colaboradores, tal como o filólogo Propício Machado Silveira, que escreve o prefácio de *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981, p. 84) e se refere ao Autor como: “[...] um velho batalhador das causas do idioma”. Outro colaborador destacado por Laytano (1981, p. 79) é Celso Pedro Luft, ao qual assim se referiu: “[...] importante como o professor divulga os princípios que norteiam a estrutura, a forma e o arcabouço do idioma.” Deste modo, as produções desses autores podem ser consideradas como bibliografia especializada em conhecimento lingüístico.

Em relação ao distanciamento, este pode ser percebido pelo próprio funcionamento das fontes, tais como: livros, monografias, artigos, crônicas e conferências, estudos e pesquisas, escritas por ensaístas, políticos, historiadores e pesquisadores dentre outros.

Ao trazer à luz, em sua obra, fontes históricas e da área da linguagem, Laytano (1981) evidencia a necessidade de justificar as condições da temática sobre a constituição do linguajar do gaúcho do sul do Brasil a que se propõe discutir e definir.

Percebemos, assim, pelo conteúdo da obra em questão, de uma forma geral, uma estrutura interna dotada de historicidade, em razão dos materiais utilizados pelo autor. Estes materiais são constituídos de fontes escritas, tais como: gramáticas, adagiários, antologias, cancioneros, poesia popular, catálogos e textos sobre literatura e artes referentes ao gaúcho; e de fontes orais como, por exemplo, o falar gaúcho, nas estâncias, assim afirmado por ele: “O falar também se abrigou de forma típica na estância.” (LAYTANO, 1981, p. 22). Desta forma, pode ser afirmado que o

autor reuniu uma verdadeira amostragem do que pode ser considerado um catálogo de fontes para estudo desse linguajar.

Em razão dos propósitos do Autor, a obra em questão está dividida em duas partes: a primeira parte, contendo três capítulos, reúne os estudos da História e os estudos da Linguística onde as fontes vão funcionar para identificar o que é da ordem do sociohistórico e o que é da ordem do linguístico; a segunda parte, com quatro capítulos, onde estão relacionados vocabulários constitutivos do linguajar do gaúcho brasileiro.

Para os propósitos desta dissertação, foram analisados apenas os dois primeiros capítulos da primeira parte desta obra — *Estudos e Gramática*, respectivamente.

O primeiro capítulo – *Estudos* - compõe-se de vinte e dois subcapítulos em que estão arroladas as fontes citadas pelo Autor e o modo de sua utilização, assim justificado: “[...] a pesquisa do falar do gaúcho brasileiro abebera-se nas mais variadas fontes escritas ou orais.” (LAYTANO, 1981, p. 21).

Os sentidos das seções, estão organizados, em subcapítulos, denominados de acordo com o tipo de fonte referida como, por exemplo: gramática, adagiários, estância e outros, que demonstram “[...] a abundância do material gauchesco.” (LAYTANO, 1981, p. 22).

No Quadro, a seguir, buscamos destacar a sequência dos recortes das fontes documentais, selecionadas por Laytano e citadas na obra em estudo. A organização deste contempla também a subdivisão dessas fontes, de acordo com o campo do saber delimitado, na obra: estudos da História e estudos da Linguística:

O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO (1981)	
Estudos da HISTÓRIA	Estudos da LINGUÍSTICA
1. Precursores da Literatura Gauchesca 4. A Estância 5. Catálogo de outras fontes de estudo sobre os costumes gaúchos 6. Antologias 7. Cancioneiros 8. Estudo de poesia popular 9. Música 10. Desenho 11. Influências 18. A imprensa e a linguagem gaúcha 19. Congressos tradicionalistas 20. Bibliografia da Literatura regionalista 21. Ficção I – Prosa – Poesia	2. Gramática 3. Adagiários 12. Açorianismos 13. Espanholismos 14. Indigenismos 15. Africanismos 16. Estudos antigos 17. Estudos modernos 22. Notas – 1. Moderno centro de pesquisa: Academia Brasileira de Língua Portuguesa 2. Três novos especialistas do idioma português 3. Elvo Clemente: língua portuguesa e literatura 4. Albino de Bem Veiga e o ensino de português em nível de pós-graduação 5. Celso Luft e a divulgação da língua portuguesa 6. Epitácio Torres e a nova gramática 7. Paulo Flávio Ledur e o português usual, mais as artes gráficas 8. Francisco Casado Gomes e o português literário 9. Odacir Beltrão e o português prático 10. Propício da Silveira Machado e a filologia do Rio Grande do Sul 11. João Cezimbra Jacques – Patrono do Tradicionalismo 12. Cronologia dos Pioneiros 13. Os mais de trezentos CTG e o movimento tradicionalista gaúcho 14. As diversas manifestações da divulgação dos costumes gauchescos 15. Fundação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore 16. O “Popularium Sul-Rio-Grandense” 17. Carlos Jansen 18. Paixão Côrtes

Quadro 4 – Sequências de temas e fontes citados na obra *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (1981)

Por isso, Em decorrência, consideramos, neste primeiro capítulo, os modos de funcionamento de como as fontes são referenciadas em cada subcapítulo. Isso conduziu ao entendimento de que elas levam à constituição de sentidos para o que ele vai designar como *Linguajar do Gaúcho Brasileiro*.

Consideramos pertinente relacionar, na ordem em que aparecem na obra, os subcapítulos os quais, de alguma forma, como fontes documentais históricas, estão associados à cultura e à sociedade sul-rio-grandense:

“5 – *Catálogo de outras fontes de estudo sobre os costumes gaúchos*” – constitui-se de inúmeros trabalhos de intelectuais sul-rio-grandenses, tais como: composições proferidas em conferências e seminários, crônicas, contos, historietas;

“1 – *Precursos da Gauchesca*” – novamente, o linguajar do gaúcho é rememorado em *A estância gaúcha* e a coletânea *Lendas do Rio Grande do Sul*;

“6 – *Antologias*” – menciona as que contribuíram significativamente para a literatura sul-rio-grandense e, de modo especial, ao regionalismo. Cabe ressaltar as designações das fontes *Letras Riograndenses* e *Coletânea de Poetas Sul-rio-grandenses*, organizadas por Antonio Carlos Machado.

“4 – *A Estância*” – contempla os materiais encontrados sobre o que se escreveu a respeito dessas propriedades: livros, monografias, artigos, crônicas e conferências;

“7 – *Cancioneiros*” – procura estabelecer a diferença entre poesia gaúcha e poesia popular. Aquela tematizando a vida do campo, tem origem pastoril, ao passo que esta trata de temas, tais como: costumes civis e religiosos, bem como aspectos etnográficos relacionados ao açoriano e ao negro (africano);

“8 – *Estudo de poesia Popular*” – inclui a relação de dezesseis trabalhos e autores;

“9 – *Música*” – destaca a importância da música regional gauchesca, nos estudos da dialetologia, por retratar elementos do folclore. Além de citar as fontes de vários intelectuais do Rio Grande do Sul, Laytano (1981) destaca também as de autores prestigiados, em âmbito nacional, que enaltecem a música gauchesca projetando-a nacionalmente;

Pode-se constatar a relevância que Laytano (1981) faz a esse tipo de fonte, pois foi um meio de divulgar e propagar a cultura do Rio Grande do Sul, no âmbito e na produção nacional.

Não só a linguagem verbal, característica que compõe as fontes escritas e orais, mencionadas em *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981), faz parte dessa obra, mas também a não-verbal faz-se presente, por meio das artes plásticas, da música, em forma de material impresso, tema dos subcapítulos 9 e 10, *Música e Desenho*, respectivamente.

Logo, o universo simbólico, nesta obra, contempla a articulação entre as linguagens verbal e não-verbal.

“19 – *Congressos tradicionalistas*” – descrição dos congressos que aconteceram, destacando a cidade e o nome e o respectivo presidente dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) onde ocorreram os eventos;

“20 – *Bibliografia da Literatura regionalista*” – contém uma lista das obras mais representativas desse tipo de literatura, relacionadas a temas da cultura gaúcha, nas quais as fontes de ficção em prosa e poesia estão assim subdivididas, remetendo aos autores e às obras relacionadas a estes gêneros. Dentre estas, estão destacados:

- a) João Cezimbra Jacques – Patrono do Tradicionalismo;
- b) Cronologia dos Pioneiros;
- c) Os mais de trezentos CTGs e o movimento tradicionalista gaúcho;
- d) As diversas manifestações da divulgação dos costumes gauchescos;
- e) Fundação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF);
- f) *O Popularium Sul-Rio-Grandense*;
- g) Carlos Jansen;
- h) Paixão Côrtes.

Em se tratando das fontes relacionadas aos estudos linguísticos, os subcapítulos estão assim nomeados:

“11 – *Influências*” – menção à pesquisa em documentos administrativos, tais como: peças de arquivos sobre batalhões ou regimentos. Destaque para cinco elementos os quais, segundo o ponto de vista do Autor, contribuíram singularmente para este linguajar do gaúcho: a) o açoriano — como o dialeto insular; b) a linguagem — reproduzida nas obras literárias; c) a fonética — e algumas características, tais como acréscimo e nasalização; d) os gauchismos – série de palavras da linguagem popular do gaúcho; e) os vocabulários — coletânea de palavras recolhidas na região litorânea do Rio Grande do Sul;

“2 – *Gramática*” – Laytano (1981) cita uma lista de gramáticas e discorre sobre as publicações referentes à língua portuguesa, produzidas por autores sul-rio-grandenses dentre eles: Antonio Alvarez Pereira Coruja, autor de **Compêndio de Gramática da Língua Nacional** (1835), considerada a publicação sul-rio-grandense pioneira, em termos de gramática da língua portuguesa; e Fontoura Ilha, professor santamariense, autor de **Gramática Portuguesa** (1928). Estas fontes interessam, à medida que remetem à reescritura de **língua portuguesa**, em substituição a **língua nacional, gramática portuguesa** [grifo nosso], designações que predicam gramáticas da língua portuguesa, enquanto língua nacional no Brasil;

“3 – *Adagiários*” – alude a duas obras: *Adagiário gaúcho* (1938) de Vitor Russomano e *Bruaca* (1954) de Sylvio da Cunha Echenique ambos pelotenses. Sobre um dos adagiários pesquisados, Laytano (1981, p. 22) destaca: “[...] constituiu-se o trabalho de mais de 400 provérbios, todos com explicações do sentido, das palavras etc. Não se deve menosprezar uma pesquisa tão interessante, embora com falhas.” E afirma (p. 28): “[...] o adagiário é uma tentativa inicial de sistematização dos provérbios gauchescos.” Neste caso, enquanto um conjunto de provérbios, o adagiário está relacionado ao local, ou seja, vincula-se a uma cultura regional, que se apresenta pela língua;

“12, 13, 14 e 15” - estão designados pelos termos que se relacionam com os grupos étnicos que contribuíram, linguisticamente, para a construção do linguajar do gaúcho brasileiro, respectivamente: açorianismos, espanholismos, indigenismos, africanismos;

“16 - *Estudos antigos*” - expõe comentários sobre os estudos dialetológicos publicados no final do século XIX, destacando o trabalho de Apolinário Porto Alegre e retratando aspectos da literatura regionalista dessa época;

“17- *Estudos modernos*” - alude aos aspectos da linguagem regional e o funcionamento do mecanismo gramatical do dialeto, tratados em algumas obras representativas sobre o tema;

“18 - *A imprensa e a linguagem gaúcha*” - lista os jornais da capital sul-rio-grandense e do interior do Estado que publicaram conteúdos sobre linguagem;

“22 – *Notas*” – contém 18 subitens nos quais grande parte das fontes citadas estão relacionadas aos estudos linguísticos.

Assim, verificamos, na obra em estudo, que a reescritura da expressão **Língua Portuguesa** resulta em vários sentidos e tem sua significação determinada

por, pelo menos, 8 designações: **idioma português, ensino de português em nível de pós-graduação, divulgação da língua portuguesa, nova gramática, português usual, português literário, português prático, filologia do Rio Grande do Sul.** [grifo nosso]. Em decorrência, o linguajar do gaúcho também está agenciado por sentidos vários, que podem ser retomados da língua do gaúcho que representa o português.

Analisando o texto acima descrito em seu primeiro capítulo, percebemos que organização desse conjunto de estudos reflete alguns obstáculos de ordem externa ou interna. Neste caso, um dos obstáculos de cunho externo se refere à historiografia e à epistemologia da linguística. Não há historiografia sistemática sobre o estudo das teorias; há várias lacunas históricas que põem em cheque o estatuto científico da lingüística, pois “[...] não há ciência sem uma avaliação de seus conceitos dentro de sua história [...]” (DELESALLE; CHEVALIER, 1986, p. 4). Esta fragilidade torna-se mais perceptível em relação à história institucional, isto é, aos estudos precisos sobre o funcionamento das instituições, tais como, universidades e centros de pesquisa relacionados com o ensino de línguas. Sobre os obstáculos internos, a exaustividade pode ser um deles. Além desses aspectos, podemos citar a referenciação textual, enquanto mecanismo de funcionamento, relacionado ao uso das fontes, nesta obra de Laytano (1981). Por exemplo, valemo-nos da afirmativa abaixo para compreender as escolhas do Autor e a sua posição, enquanto locutor:

“[...] somos remetidos a estudos sociológicos ou históricos que vão escolher nesse material o que pode ordenar as linhas de força brandidas sob tal ou tal bandeira teórica.” (DELESALLE; CHEVALIER, 1986, p. 5). A afirmação, pois, de um caráter ilusório e ideológico é intensificada, à medida que se pesquisa cada vez mais um determinado material.

Nesse sentido, Laytano (1981, p. 21) destaca a importância da língua portuguesa, declarando: “[...] o primeiro capítulo deste livro pretende justamente demonstrar isto, que o Rio Grande do Sul partiu sempre não apenas por uma defesa portuguesa de seu território de fronteira movediça, agitada e conturbada.” Além disso, ressalta: “[...] o gaúcho é um grande respeitador da pureza do idioma.” (LAYTANO, 1981, p. 21).

Sob a perspectiva da história da linguística, há uma ideologia dominante que parece resultar em uma sistematicidade das obras, tanto pelo ponto de vista do interpretador, como da ação de interpretação. Segundo o autor acima (1981, p. 22):

As influências cuidadosamente emparelhadas, mas a maior delas naturalmente evidenciada, que é a açoriana. É o que se demonstra. Nega-se a mania do século passado em ampliar a contribuição espanhola. Que houve. Mas não tão grande, e sim em escala modesta.

Quando faz alusão ao século XIX, este autor retoma uma das fases da produção historiográfica sul-rio-grandense que conciliava as duas matrizes, tanto a lusa quanto a platina, demonstrando uma compatibilidade às filiações platinistas. Durante esse século, o discurso historiográfico reconhecia o vínculo comercial e político que o Rio Grande do Sul mantinha com a região do Prata.

Sobre a visão do interpretador, é prática comum privilegiar e citar pesquisas anteriores e, desse modo, valorizá-las, atribuindo-lhes sistematicidade. Nesse ponto, o autor da obra supracitada segue esse procedimento, uma vez que reafirma a presença da influência açoriana no linguajar do gaúcho:

O aspecto dialetal do problema, apreciado do ponto de vista propriamente da língua, consta da Gramática Portuguesa de Alfredo Gomes, aliás baseada em informes de Leite de Vasconcelos, mas de qualquer maneira é o filólogo brasileiro um dos raros que trata do caso. (LAYTANO, 1981, p. 42).

A retomada de autores da área dos estudos linguísticos, funciona, assim, como um modo de ressignificar a autoridade e a credibilidade de um outro dizer, que já está legitimado pelo seu lugar, nos estudos da linguagem.

3.5 As fontes históricas como referência para a definição de um linguajar do gaúcho

Ao abordar a questão do linguajar como tema desta obra, Laytano (1981) aponta e atesta a dialeção da língua portuguesa: a língua se parte em outras (açorianismos, africanismos, espanholismos, indigenismos), transforma-se em um linguajar gaúcho. As línguas são significadas em dialetos, pesquisadas nas mais variadas fontes. Assim, a articulação e a especificidade da língua, no Rio Grande do Sul, podem ser encontradas em léxicos e também podem ser interpretadas, enquanto uma afirmação da nacionalidade.

Ao evidenciar e relatar o surgimento da gramática portuguesa, no Brasil, especificamente, no Rio Grande do Sul, o autor acima temporalizou a aparição da gramática, na Região, efetuando um recorte no passado.

Por outro lado, ao discorrer a respeito do papel principal da literatura gauchesca como parte da cultura regionalista deste Estado, Laytano (1981, p. 22) revela os instrumentos utilizados, bem como o modo de produção dessa área:

[...] as Gramáticas e os Adagiários praticamente associavam-se desde uma linguagem literária, escrita e criada, a uma fala oral, transmitida por gerações e que encarna a psicologia do provérbio no contexto da oralidade.

A seguir, ele menciona uma série de nomes de escritores e suas respectivas obras, versando sobre a literatura gauchesca, salientando:

[...] as influências cuidadosamente emparelhadas, mas a maior delas naturalmente evidenciada, que é a açoriana. É o que se demonstra. Nega-se a mania do século passado em ampliar a contribuição espanhola. Que houve. Mas não tão grande, e sim em escala modesta. (LAYTANO, 1981, p. 22).

Em algumas áreas do saber, “[...] como acontece entre nós a opulenta literatura gauchesca, tão bela quanto variada [...]” (MACHADO, 1966, p. 10), a História e Antropologia, produzidas no Rio Grande do Sul pelos intelectuais, retrataram o gaúcho em suas obras, caracterizando-o, cada um a seu próprio estilo, e, inevitavelmente, atribuindo uma identidade a este ser cultural.

Laytano (1981, p. 41) ressalta que esses autores “[...] de qualquer forma insistiam em escrever com acentuada tendência regional pelo uso de vocábulos gaúchos.” Sobre tais influências, no linguajar do gaúcho, ele acrescenta:

A linguagem sofreu, no seu conteúdo nitidamente português, evidente, diversas influências, no Rio Grande do Sul, das quais podemos salientar as seguintes: a açoriana e brasileira, a espanhola vinda pelo Rio da Prata, a indígena e a africana. (1981, p. 41).

Ainda que confirme essa mescla de características, relativas à procedência desse linguajar, ele destaca alguns aspectos que devem ser considerados sobre a contribuição portuguesa que, nesse fragmento, está vinculado e designado à influência brasileira:

Quando se fala da influência brasileira no linguajar gaúcho, temos em vista salientar aspectos históricos de grande importância: a penetração, a conquista, a ocupação e a colonização. [...] é verdade que não se pode distinguir, através desses elementos da natureza civil, econômica ou sociológica, a respectiva contribuição à formação e às origens do linguajar do gaúcho, mas se deve mencionar que foram eles que constituíram a base inicial do tipo étnico. (LAYTANO, 1981, p. 41).

Ao predicar sobre a constituição do dialeto gaúcho, este autor procura estabelecer um vínculo entre o discurso sobre a língua e a sua origem étnica:

Claro que estávamos em pleno começo da vida do Rio Grande, para se falar em tais influências, uma vez que esses elementos foram os primeiros, cabendo a eles a tarefa do desenvolvimento do território, mas sua presença deixou marcas precisas e definitivas, que se refletiram na progressiva formação do linguajar gaúcho. (LAYTANO, 1981, p. 41).

Complementando as ideias acima sobre a língua e os falares, no estado sul-rio-grandense, destacamos o pensamento de Cesar (1970, p. 34):

A língua portuguesa falada, no século XVIII, em diferentes áreas — Minho, Trás-os-Montes, Açores, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e São Paulo — veio enfrentar, no Rio Grande do Sul, duas culturas rivais — a do Rio da Prata e a das Missões Jesuíticas da margem esquerda do Rio Uruguai. Era um instrumento de expressão, ou melhor, um sistema lingüístico já trabalhado e enriquecido por matizes dialetais peculiares à região do Brasil-Centro. Mas acresce que chegando ao território de São Pedro, os colonizadores luso-brasileiros não se fixariam num espaço lingüístico mais ou menos uniforme. Ao contrário disso, teriam diante de si pelo menos três áreas bem caracterizadas: sua própria, a luso-brasileira, na Costa; a castelhano-platina, ao Sul, e a guarani parano-uruguaia, a Oeste.

Destaca-se, nesta citação, a distribuição das línguas portuguesa, espanhola e guarani, sendo que a portuguesa abrange mais espaços no território brasileiro sempre considerando o contexto sociohistórico em que foi produzido. Nessa distribuição das línguas, o autor destaca a disputa linguística das línguas espanhola e guarani como concorrentes em relação à língua portuguesa, ou seja, a língua nacional, no território rio-grandense. E, maximiza a relevância da língua portuguesa:

De qualquer modo, porém, não saberíamos precisar a que tributário, dentre os de origem lusa participantes da fusão, coube o papel mais relevante. O que se pode dizer é que, desde o entrechoque inicial, no território hoje pertencente ao Rio Grande do Sul, a língua portuguesa venceu as que com ela competiram. (CÉSAR, 1970, p. 35).

Apesar de mencionar a língua espanhola e portuguesa como variações dialetais, em primeiro lugar, este autor estabelece uma distinção entre brasileiro e platino, que é atribuída ao gaúcho. Além disso, ele demarca a diferença dialetal que é estabelecida na região fronteira, conforme segue:

Sem esquecer as diferenças substanciais que extremam o gaúcho brasileiro do gaúcho platino, forçoso é convir em que as matizes dialetais do português e do espanhol, na fronteira austral, cobrindo uma zona de pastoreio comum aos dois povos, chegam a individuar os falares fronteiriços. (CÉSAR, 1970, p. 35).

Além de descrever sobre a constituição do falar gaúcho, o autor destaca as diversas línguas, que constituem e concorrem nesse linguajar:

A fusão de todos esses falares formaria o dialeto gaúcho entendido com as necessárias cautelas? É preciso notar que o Rio Grande se compõe de onze regiões fisiográficas, mas nenhuma delas foi minudentemente estudada do ponto de vista linguístico, sem embargo de já possuímos trabalhos pioneiros de mérito. Se existe, portanto, um dialeto gaúcho geral, não o podemos afirmar. O que se nota, isto sim, são preferências vocabulares e prosódicas muito acentuadas, nas diversas regiões do Estado, as quais se devem tanto ao minhoto, ao açoriano e ao platino setecentista, como ao negro e ao indígena americano — guarani, charrua, quíchua e outros. [...] (CÉSAR, 1970, p. 35).

Apesar de ressaltar a diversidade linguística que compõe o falar gaúcho, ele retoma a influência européia, no processo de povoamento da Região Sul do Brasil, para finalizar seu argumento:

É preciso recordar, porém, que elementos do vocabulário e da fraseologia, provenientes da zona pastoril, invadiram as áreas ocupadas por colonos de origem européia, e a sua generalizada divulgação, ali, já exprime sem dúvida a predominância da cultura luso-brasileira no estágio atual do processo de aculturação. (CÉSAR, 1970, p. 36-37).

Desta forma, consideramos que Laytano (1981) recorre às fontes históricas, não somente para legitimar o discurso sobre a língua, como também para especificar qual língua é falada, no Rio Grande do Sul, e defini-la.

4 A DESIGNAÇÃO: SENTIDOS DE LUSO E DE CASTELHANO

O governo português resolvera então povoar o Rio Grande de São Pedro, a fim de facilitar as comunicações entre Laguna e Sacramento, bem como para garantir a posse desse último estabelecimento. Laguna, pois, ficou sendo o ponto de partida das muitas levas de homens que entravam nos disputados campos do extremo sul, para abrir caminho até o rio da Prata, de onde retornavam com novas da Colônia. E naqueles vinte últimos anos muitos lagunistas e vicentistas se haviam fixado em vários pontos do Continente, estabelecendo invernadas e currais que mais tarde se transformavam em estâncias. Contava-se até que quase todos eles já haviam conseguido cartas de sesmaria. E o fato de os portugueses haverem fundado em 1737 um presídio militar no Rio Grande indicava que estavam decididos a tomar posse definitiva do Rio Grande de São Pedro. (VERISSIMO, 2004, p. 45).

4.1 Referir e Designar: funcionamento das fontes na obra *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro*

Procuramos apresentar o funcionamento da referenciação e da designação como processos de constituição de sentido, no discurso dos ensaístas e no discurso de Laytano (1981).

A designação, segundo Guimarães (2005), pode ser compreendida como atribuição de um nome a algo que já é nomeado, ou seja, é renomear e, conseqüentemente, modificar o sentido.

A designação luso e castelhano do discurso historiográfico é retomada no discurso sobre a língua. Neste trabalho, objetivamos identificar como se constituem os efeitos de sentido na designação luso x castelhano referenciadas em *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981).

4.2 Lusos x castelhanos

Discursivizar sobre a formação do gaúcho e as peculiaridades do Rio Grande do Sul é, de certo modo, explicitar visões de mundo relativas às influências portuguesas e espanholas na formação étnica e social do povo do Rio Grande do Sul. **Luso** e **castelhano** [grifo nosso] são palavras constituídas de história, pois produzem historicidade que as remetem a uma significação, na medida em que elas estão sustentadas por uma relação de linguagem e, sobretudo, estabelecem “[...] uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, ou seja, por isso, uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2002, p. 9). Assim, sempre que aparece e cada

vez que a palavra é designada, há um modo singular de exposição ao real. Por exemplo, vejamos essa declaração de César (1970, p. 26)

Esse contingente açoriano é o cadinho no qual o branco principia a fundir a organização civil e religiosa da sociedade em germe. A cultura açorita vai logo sobrepujar a das tribos e a dos gaúchos andarengos, lança raízes no pampa, dá poder ofensivo à língua portuguesa, faz o Rio Grande integrar-se definitivamente na matriz **lusa**. [grifo nosso]

Nessa sequência enunciativa, o locutor – fonte do dizer – fala de um lugar social, enquanto historiador, a partir de um lugar de dizer universal, já que afirma adesão do espaço sul-rio-grandense, na sua totalidade e em definitivo, através do artigo definido, à matriz lusa e, para marcar essa designação, as formas linguísticas “açoriano”, “açorita” e “portuguesa” parecem referendar a integração do Estado ao domínio português.

Muitos autores procuram referendar a adesão à matriz lusa, tal como Rosa (1957, p. 18):

E vereis mais com base nas datas e nos locais em que assentam os nossos primeiros agregados humanos, como o Rio Grande do Sul é uma resultante de ação colonizadora de Portugal. [...] tenho como certo que o português que chegou primeiro ao Rio Grande era um sólido tipo racial, forte e sóbrio, com um espírito de disciplina e de ordem que mesmo na aventura se afirmava, e que supria os foros de nobreza, que não os tinha, por um conjunto de bons predicados morais. O teor desse tipo, que irá plasmar algumas das qualidades marcantes do gaúcho, será examinada adiante, no confronto com o espanhol que povoou a América.

Conforme descrito acima, a formação étnica do gaúcho brasileiro está designada de diversos modos, já que há várias categorias que podem descrevê-la, a partir do que os atores do grupo consideram relevantes (Barth, 1998).

Nessas sequências enunciativas, para esses historiadores, a origem do habitante do Rio Grande do Sul estava vinculada à ideia de raça, ou melhor, à criação de uma raça – o gaúcho – percepção bem classificatória em relação ao tipo racial.

Assim, algumas das interpretações desses historiadores sobre os acontecimentos sul-rio-grandenses estão identificadas com as matrizes: lusitana e platina. Transitar entre a historiografia de matriz platina e a de matriz lusitana, é reconhecer influências espanholas e portuguesas na construção da história do Rio Grande do Sul, embora considerando o nacionalismo (HOBBSAWM, 2011) como princípio e ponto de referência para o que se compreende por etnia, consoante Poutignat; Streiff-Fenart (1998, p. 38):

Os grupos étnicos também não pressupõe uma real atividade comunitária. Eles apenas existem pela crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos os que alimentam tal crença. A pertença étnica determina, assim, um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintivas e de oposições de estilo de vida, utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais.

Através dessa rede de relações é que se vai construindo as histórias sobre o conceito de etnia e seu significado particular, neste caso, a singularidade de “gaúcho”, segundo Ornellas (1956, p. 17):

A herança étnica que pretendemos apontar no tipo primitivo do gaúcho — no homem de a-cavalo dos primeiros tempos, ainda sem o influxo de novas correntes imigratórias, mestiço puro de espanhol ou português, é intuitivo que não seria direta. A influência, apontamo-la na figura do pioneiro peninsular, quer fosse ele **português ou espanhol**. [grifo nosso]

De acordo com a citação acima, ambas as influências espanhola e portuguesa contribuíram para a formação do gaúcho brasileiro muito antes da época colonial.

Em contrapartida, Vellinho (1957, p. 66) argumenta:

Vistes, no decurso desta palestra, como o **Rio Grande do Sul é entranhadamente luso-brasileiro nas suas origens e formação histórica**, e como se desenvolveu arraigado aos interesses mais dramáticos da nacionalidade. Foi aqui, sem dúvida, que o espírito expansionista dos colonizadores, que teve no bandeirismo paulista sua expressão mais fulgurante, se alçou em consciência política, e pôs-se em guarda, durante mais de cem anos, para defender a obra da conquista em seu ponto mais vulnerável e mais disputado. [grifo nosso]

Neste fragmento, o lusitanista reafirma a procedência luso-brasileira do gaúcho sul-rio-grandense. A representação do passado entra em jogo, sendo ela uma escolha efetuada pelos participantes do ato de linguagem para atribuir um significado particular a nova designação dada à gaúcho e que traz à tona uma memória desta relação de pertencimento, materializada nos dizeres dos discursos dos ensaístas. O que é designado na enunciação desses ensaístas projeta um ponto de vista sobre a formação sócio-histórica do Rio Grande do Sul e do seu tipo social.

4.3 Gaúcho x Rio-grandense

A interpretação sob a perspectiva enunciativa da constituição do sentido da palavra **gaúcho** tal como nos é apresentada na obra de Laytano (1981), decorre da sua relação de sentido com luso x castelhano, sobretudo quando se trata de designar com essa palavra um tipo social que abrange, não só o território do Rio Grande do Sul, mas também se estende à região da Argentina, do Paraguai e do Uruguai (MACHADO, 1966). Palavras como **luso** e **platino**, relacionadas à palavra gaúcho, sob o ponto vista antropológico, contribuem para o entendimento da afirmativa de Oliven (2010, p. 15): “[...] embora brasileiro, o gaúcho seria muito distinto de outros tipos sociais do país, guardando, às vezes, mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai.”

E o mesmo Autor estende o seu comentário sobre essas proximidades, afirmando:

Fora do Brasil, palavra *gaucho* tende a ser associada com os países platinos, onde ele é um importante ícone nacional, apresentado ora como um símbolo de atraso, gradualmente cedendo seu lugar aos imigrantes mais modernizados, ora como figura romantizada que se oporia ao materialismo desses últimos. (OLIVEN, 2010, p. 15).

Vimos assim, a primeira ambivalência do termo gaúcho, atribuído ao tipo/habitante que não vive no Brasil, ou seja, o estrangeiro: atraso — as práticas e os valores, em relação a ele, são considerados ultrapassados ou podem ser vistos como um modelo de excelência.

A segunda ambivalência: nacional ou regional é explicada por Oliven (2010, p. 15), na forma como segue:

Se, na Argentina e no Uruguai, a palavra *gaucho* se refere a um emblema nacional; no Brasil, a palavra cognata *gaúcho* se refere a um tipo regional, diretamente associado a um estado, o Rio Grande do Sul. [...] No Brasil, o gaúcho é utilizado unanimemente por intelectuais para construir a identidade regional do Rio Grande do Sul.

Pelo que foi exposto, **gaúcho** [grifo nosso] se refere a uma herança cultural que é reproduzida no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Assim, é importante observar que

Muito se tem perguntado sobre a origem do termo gaúcho muito se tem escrito sobre as peculiaridades deste tipo humano escorregadio [...] não foi um simples capricho, mas nessa beatificação, ou pelo menos, nessa valorização de gaúcho como tipo humano regional ou inclusive nacional, no interior da Argentina e do Uruguai e na “personalidade” do Rio Grande do Sul a literatura gauchesca desempenhou um papel decisivo. (ROCCA, 2002, p. 75).

Desta forma, a palavra gaúcho tem sido constantemente que é constantemente (re)significada nas mais diversas esferas: antropológica, sociológica e cultural. Ainda sobre esse aspecto, é relevante considerar que:

Para dominar nominalmente (ASSIS BRASIL, 2004), é necessário vencer o signo, decantar um sentido quando há disputas de significado sobre ele, como o explicitado nesse caso, onde se disputa a viabilidade de designar o moderno habitante sul-rio-grandense com o termo gaúcho. Para que uma determinada identidade desempenhe satisfatoriamente sua função identificadora em uma comunidade, ela precisa funcionar como um espelho, para que cada um que se diga gaúcho, ou seja, designado como tal, possa, a partir de uma certa gama de particularidades compartilhadas e identificadas como próprias da essência ou índole gaúcha, identificar-se como gaúcho de fato. Isso é o que Roberto Damatta denomina de ‘lógica relacional’ (2000, p.17), espécie de zona de sensibilidade e reconhecimento onde a identidade designará isso é, aquilo não é gaúcho (ZISMANN, 2006, p. 58-59).

Na esteira desta justificativa, é pertinente retomar a combinação dos conceitos etnia e historiografia relevantes para interpretar o funcionamento das designações analisadas. Em relação aos conceitos de etnia, estes mudam constantemente e são reconstituídos por meio de uma série de teorias e de análises.

Recorremos ao que Pesavento (2003, p. 210) afirma sobre essa re(construção) do **gaúcho** [grifo nosso], uma vez que

delineando um tipo nacional, uma alma e um *ethos*, este perfil identitário apresenta-se como tendo existido desde os tempos mais remotos, ou seja, como algo fixo e congelado na sua elaboração atemporal e que é socializado como uma herança de base pertencente a todos.

Salientamos que a etnicidade, pela perspectiva da antropologia contemporânea, “[...] se constroi como um sistema de separações e de diferenças com relação a ‘outros’ significativos em um contexto histórico e social determinado.” (BARTH, 1998, p. 176). Logo, grupos étnicos “[...] são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas” (BARTH, 1998, p. 189). A etnicidade está

relacionada, portanto, à ideia de grupos sociais que se reúnem por traços culturais e traços de pertencimento. Desta forma, não apenas nos forneceu o autor uma base para direcionarmos nosso trabalho, como também salientou que não há tipologia física para formação dos grupos étnicos, uma vez que há um conjunto de variáveis incluídas nesse processo de formação.

Da mesma forma, alguns traços culturais selecionados pelos próprios atores, são aproveitados para sinalizar diferenças que podem ser minimizadas ou negadas. Isso corrobora a observação de que as categorias étnicas mobilizam processos sociais de exclusão e de incorporação, por meio de algumas formas, tais como: língua, indumentária, estilo de vida, tipo de moradia, padrões e valores. Assim, o conteúdo cultural pode ser categorizado pela “[...] dicotomia étnica ao ser dividida em sinais ou signos manifestos – os traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade.” (BARTH, 1998, p. 194).

Para Silveira (2004, p. 129), “[...] o processo de instauração da designação ‘gaúcho’, como representativa de todos os habitantes do Rio Grande do Sul, data do início do século XX, quando ocorre uma re-significação do imaginário ‘sobre o gaúcho’. Ainda, conforme a Autora (2004, p. 129), as intensas disputas territoriais e as miscigenações resultantes do processo de colonização “[...] contribuem para construção/reconstrução do imaginário social do ‘gaúcho herói’ efeito de sentido dominante no estado do Rio Grande do Sul a partir do século XX.” Nesse sentido, para a designação **gaúcho** [grifo nosso] é estabelecida uma relação

de um sujeito representativo com o qual todo um grupo social se identifica, sendo que o auge da ruptura no discurso se dá com a adoção da designação gaúcho para nomear todo e qualquer habitante do Rio Grande do Sul. Enfim, a designação gaúcho ganha outro funcionamento no interior da FD gaúcha, bem como no discurso produzido sobre o gaúcho. (SILVEIRA, 2004, p. 133).

A designação gaúcho, desta forma, está associada, não somente ao grupo social nativo do Rio Grande do Sul. Assim, ao nos referirmos ao gaúcho, compartilhamos as características inerentes a ele, destacadas por esta Autora:

o gaúcho como uma designação que traz em si marcas de um processo social, histórico, político, econômico e cultural, próprio da fundação e desenvolvimento do Rio Grande do Sul. [...] gaúcho enquanto sujeito que habita nosso imaginário social: um tipo regional de brasileiro que conquistou espaço físico e simbólico na federação com o sangue derramado (voluntária e involuntariamente) nas revoluções; um herói representado ficcionalmente

na figura mitológica do centauro; um homem ligado às coisas da terra, que ajudou a povoar a zona rural do estado ou que a ela esteja vinculado profissionalmente como trabalhador rural; um integrante do grupo social constituído pela miscigenação racial própria do sul do Brasil (negros, índios, descendentes de europeus) e vinculado, atualmente, às lutas sociais pelos direitos à terra e à dignidade. (SILVEIRA, 2004, p. 144).

Ainda pela perspectiva da Antropologia, há uma série de fatores determinantes na formação das comunidades étnicas, conforme afirmam Poutignat; Streiff-Fenart (1998, p. 38):

a **língua** [grifo nosso] e a religião desempenham um papel importante, talvez porque elas autorizam a comunidade de compreensão entre aqueles que compartilham um código linguístico comum ou um mesmo sistema de regulamentação ritual da vida.

A historicidade da língua joga com sentidos já cristalizados e, conseqüentemente, é “[...] a história do jogo de poder da/na linguagem.” (ORLANDI, 2006, p. 21). É pelo funcionamento dos sentidos, na língua, que compreendemos o jogo das designações que se apresentam nos discursos, tanto dos ensaístas quanto de Laytano (1981).

As designações, na obra de Laytano (1981), estão constituídas de memórias das relações da língua com as etnias, com a cultura, com a sociedade. Estas memórias funcionam na materialidade enunciativa pelo interdiscurso, o qual, reiterando as afirmativas de Orlandi (2003, p. 32), constitui-se em dispositivo analítico que contempla “[...] todos os dizeres já ditos e esquecidos [...]”, mediante as cenas enunciativas, uma vez que “[...] os diferentes sentidos se determinam no cruzamento dos discursos em jogo e no funcionamento do político na definição em que são enunciados.” (OLIVEIRA, 2006, p. 37).

Nesse sentido, as línguas portuguesa e espanhola, no linguajar do gaúcho brasileiro, funcionam como elementos constitutivos de uma discursividade que, segundo Orlandi (2007, p. 68) pode ser entendida como “[...] o vestígio mais importante da materialidade histórica em um texto [...]” sobre a formação étnica e sociohistórica do Rio Grande do Sul.

A partir da Semântica da Enunciação e da Semântica do Acontecimento, fundamentos teorizados por Guimarães (2005), trabalhamos o funcionamento enunciativo no intuito de vislumbrar como se constitui a matriz lusitana e platina, bem como se constroem as relações entre língua e história. Além disso, buscamos

sob a perspectiva da AD considerar “[...] a palavra como um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc.” (ORLANDI, 2006, p. 17).

Para empreender nosso objetivo, o suporte adequado à interpretação proposta foi a abordagem qualitativa, de maneira que conhecer o passado do gaúcho, por meio da historiografia, permitiu-nos adentrar à representação desse sujeito gaúcho, encontrar as regularidades e interpretar os efeitos de sentido deste discurso, por intermédio dos textos de Ornellas (1956) e Vellinho (1957; 1964). As relações históricas e políticas, desencadeadas na materialidade lingüística sob esta perspectiva, estão relacionadas à enunciação, entendida como prática política dos sujeitos, no funcionamento das línguas (Guimarães, 2005).

Conforme evidenciado, no discurso historiográfico, na formação étnica e social do gaúcho há memórias que significam e que, certamente, ressoaram nas designações que configuram o linguajar desse gaúcho.

Assim, para os propósitos deste estudo analítico-interpretativo de *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981), foram selecionados da obra em questão e arrolados abaixo dezesseis recortes de sequências enunciativas (SEs), tendo em vista destacar o discurso sobre a língua, estabelecido, por meio do funcionamento das designações sobre este linguajar, caracterizado por Laytano (1981). Deve ser salientado que estas SEs, objeto de nossa análise, estão, historicamente, constituídas pela natureza das fontes, históricas, nas quais Laytano (1981) encontra suporte para fazer valer e legitimar a constituição da discursividade do linguajar do gaúcho brasileiro.

SE 1: Realizo e confesso, com prazer e publicamente, uma de minhas mais acentuadas aspirações, de reunir num livro as diversas monografias, teses e comunicações que escrevi sobre o dialeto gaúcho. Não discutirei se a palavra se emprega bem ou mal. Se não é dialeto ou o que é dialeto. (1981, p. 13).

Constatamos, na SE 1, SE2, SE3 e SE4 as marcas de primeira pessoa do verbo, que Locutor é o lugar social (I-x) de professor, que está autorizado a falar como dialetólogo / professor, enquanto produtor de um saber metalingüístico. Logo, este enunciador assume a posição de dizer (E) individual; sugere um efeito de **individualidade** ao qual permite que associemos o seu dizer à sua pessoa física e a um posicionamento sobre a língua, ambos sinalizados pelas formas linguísticas.

Além disso, o **dialeto gaúcho** reescreve o linguajar do gaúcho (brasileiro) por substituição. [grifo nosso]

SE 2: A importância da língua portuguesa. As variedades de seu falar que, em absoluto, mudaram, em tempo algum, a arquitetura do idioma, a visibilidade perfeita do texto, a fonética ou a semântica. As partes diferentes da gramática não foram sacrificadas ou afetadas pelo expressionismo local, regional ou geográfico. (1981, p. 13).

Na SE 2, o linguajar do gaúcho é caracterizado, que está reescriturado, pelo procedimento de substituição por **falar** que, por sua vez, estabelece uma relação de poder e é duplamente predicada por **arquitetura** e **visibilidade**, indicando que a estrutura da língua é preservada. Assim, linguajar significa enquanto língua portuguesa. [grifo nosso]

SE 3: Vinham de ser criadas na década de 40 as Faculdades de Filosofia e de repente vejo-me professor de português nas duas Universidades. Mas a história passou a ser a minha seara. Então mudei de rumo. [...] O ensino de português ainda está nas minhas memórias. Então comecei a escrever, pesquisar, estudar, levantar material, examinar textos, fazer inquéritos, ouvir a linguagem popular, etc. Passei para outro ângulo do **idioma português**. O que se pode chamar de **não estrutural**. Não gosto dessa palavra sem expressão de dignidade. Prefiro assegurar que estou ainda dentro dum momento legítimo de um **português experimental**. O **português investigado nas fontes**. Exerço este mandato até hoje. Portanto, o português inclui-se nos meus interesses principais, decisivos e maiores. E muitas pesquisas as colhi simultaneamente com a canseira de ensino de português. Outras vieram sozinhas até hoje. (1981, p. 16). [grifo nosso]

O que está reescriturado por **língua portuguesa**, possibilita a reescritura por substituição através de **idioma português**; além disso, **não estrutural** é reescriturado por elipse; e, ainda, o procedimento por expansão que resulta em **português experimental** e **português investigado nas fontes**, ressignificando **linguajar do gaúcho**. [grifo nosso]. Vemos como o funcionamento dessas designações, ao enaltecer o idioma nacional.

SE 4: O presente livro reúne sete monografias que foram acolhidas em academias, congressos e seminários e aqui as tenho juntas, dando portanto, segundo penso, um quadro da **Língua Portuguesa falada no Rio Grande do Sul**. (1981, p. 16). [grifo nosso]

Nesse SE, constatamos a reescritura por expansão através de **Língua Portuguesa falada no Rio Grande do Sul** [grifo nosso], destacando as monografias

e os lugares de produção e de divulgação do conhecimento, que resultou numa obra de referência, para marcá-la como um saber metalinguístico. Há explicitação do objetivo do Autor, ao produzir este livro, ao afirmar sua intenção de oferecer um “[...] quadro da Língua Portuguesa falada no Rio Grande do Sul.” (LAYTANO, 1981, p. 16).

SE 5: No propósito de servir culturalmente ao meu Rio Grande e ao Brasil, lanço este trabalho. Ele não dirá tudo. Não encerrará questões. As conclusões nem sempre serão definitivas, pois o campo da dialetologia e do regionalismo é vasto e complexo. A respeito do **Linguajar do Gaúcho Brasileiro** [grifo nosso], todos sabemos, muito ainda existe por investigar, confirmar, reformular, descobrir enfim. (1981, p. 18).

Em relação à SE acima, torna-se pertinente a menção a Delesalle; Chevalier (1986) que, discorrendo sobre a manipulação da história, reafirmam que o historiador da linguística dificilmente tem um olhar objetivo sobre a disciplina. Assim, somada a essa dificuldade epistemológica, a escolha do material de pesquisa, já retratada nas SEs 1, 3 e 4, direciona e sugere as filiações teóricas do pesquisador que, nesse caso, remetem a um sujeito político, a um sentimento de brasilidade, a um linguajar que é reescriturado por repetição por meio de **Linguajar do Gaúcho Brasileiro** [grifo nosso], para marcar essa procedência. Os autores acima também esclarecem que a predeterminação dos métodos adotados pelo pesquisador depende das condições sociais e econômicas constituintes de um dado sistema ideológico. Da mesma forma, o caráter ilusório e ideológico aumenta, à medida que há uma quantidade considerável de produções acadêmicas a constituírem o corpo da pesquisa.

SE 6: A pesquisa do **falar do gaúcho brasileiro** abebera-se nas mais variadas fontes escritas ou orais, que entretanto jamais foram sistematicamente reunidas ou examinadas em conjunto. (1981, p. 21) [grifo nosso].

O locutor projeta um enunciador pesquisador que, independentemente da natureza das fontes, assevera a cientificidade do conhecimento produzido. O funcionamento semântico de “[...] jamais foram sistematicamente reunidas [...]” (LAYTANO, 1981, p. 21) sugere o pioneirismo da obra, firmando um lugar de produção do conhecimento linguístico sobre esse linguajar que é reescriturado pelo procedimento de substituição por **falar do gaúcho brasileiro**. Ao mesmo tempo que

a variedade de fontes imprime um sentido de heterogeneidade e de objetividade à investigação científica e, ao falar, o modo de fazer significar essa diversidade desvela, constantemente, o aspecto da unidade da língua que é nacional, conforme explicitado nas SEs anteriores.

Nessa reescritura de **linguajar do gaúcho brasileiro** por **falar do gaúcho brasileiro** indica o reforço à identidade e à procedência desse linguajar. [grifo nosso] No entanto, ainda sobre o falar do gaúcho, apesar das riquezas documentais disponíveis, há outros sentidos derivando desse dialeto. [grifo nosso]

SE 7: O **falar** também se abrigou de forma típica na estância. Continua o catálogo de outras fontes de estudo, passando pelas antologias, freqüentando os cancionários e a poesia popular numa tentativa de avaliação da literatura e suas implicações maiores e menores no que tange e toca em matéria de **dialeto**, regional e local. Mesmo para explicação das fontes do gauchismo, afinal o tema deste primeiro capítulo, inventário da literatura e artes do gaúcho brasileiro, que seja uma síntese sem aprofundamento das notícias, informes ou esclarecimentos. Partindo-se para um catálogo. Que serve, e bem, acho, de amostragem. Pois se pretende demonstrar a abundância do material gauchesco, quando não, como se estudou e empregou a **língua portuguesa**, sem a ferir na simplicidade, autenticidade e pureza. Música e desenho também. (1981, p. 22). [grifo nosso]

Nessa SE, o **linguajar** aparece reescrito por substituição em **falar, dialeto e língua portuguesa**. No que concerne à variedade dos recursos documentais, **catálogo, amostragem, abundância do material gauchesco** reescrevem **fonte**. Tem-se um locutor-pesquisador que, além de definir o que são essas fontes, define também o que é **língua portuguesa**, por meio de predicções como **simplicidade, autenticidade e pureza**, que esse locutor considera como relativas à língua, ou seja, além de predicá-la, reescreve-a como **linguajar do gaúcho**. [grifo nosso]

Deste modo, a sustentação argumentativa se dá pelo silêncio, no sentido de evitar qualquer menção a outras etnias que não sejam a regional e a local a preservar esse linguajar.

No que tange às influências sobre a procedência desse linguajar, estas não estão apenas nos grupos étnicos, mas remetem a um conjunto de variáveis sociohistóricas, que reforçam a constituição desse linguajar.

SE 8: A **linguagem** sofreu no seu conteúdo nitidamente português, evidente, diversas influências, no Rio Grande do Sul, das quais podemos salientar as seguintes: a açoriana e brasileira, a espanhola vinda pelo Rio da Prata, a indígena e a africana. Quando se fala da influência brasileira no **linguajar gaúcho** [...] a

respectiva contribuição à formação e às origens do **linguajar do gaúcho**, mas se deve mencionar que foram eles que constituíram a base inicial do tipo étnico. (1981, p. 40-41). [grifo nosso]

Nesta SE há reescrituras que foram determinadas para o linguajar do gaúcho através dos procedimentos de substituição (linguagem) e repetição (linguajar gaúcho e linguajar do gaúcho). Além disso, a predicação **nitidamente português, açoriano e brasileiro, influência brasileira no linguajar gaúcho** [grifo nosso] por um viés dos grupos étnicos, que Barth (1998) definiu como categorias de atribuição e identificação de grupos sociais, estão vinculados aos traços culturais e aos traços de pertencimento, atribuídos pelos próprios participantes do grupo. Mas, cada uma dessas reescrituras significam e, ao mesmo tempo, apagam outras formas de identificação.

Deste modo, a sustentação argumentativa das afirmativas da SE acima, se dá por elementos de natureza historiográfica presentes neste discurso, deixando em evidência uma relação de poder das etnias, em relação à formação inicial do gaúcho.

Nesse sentido, para retomar a influência étnica do açoriano, Laytano (1981) faz várias considerações a respeito e dedica ao tema um subcapítulo do capítulo 1, intitulado Açorianismos, no qual ele busca justificar a supremacia portuguesa, logo da relação nacional como mundo luso.

SE 9: A sedução do tema açoriano no Rio Grande é realmente enorme; entretanto, deixando de lado todos os variados sentidos, antropológico, geográfico ou histórico que sugere a rica, abundante e compacta influência açoriana, vinda diretamente do caudal migratório do século XVIII, permaneceremos apenas nos já diversos moldes da sua incidência e presença na **linguagem do gaúcho**. (1981, p. 42). [grifo nosso]

Mais uma vez, há referência à influência açoriana na linguagem do gaúcho é reescriturado por **linguajar do gaúcho** pelo procedimento da substituição não só nessa SE9 como nessa que segue:

SE 10: Mas de qualquer forma é sempre preciso dar importância ao açorianismo na **língua**, à influência açoriana, no caso de suas transplantações para o Brasil e, em particular, para a parte meridional da América Portuguesa. (p. 49) [grifo nosso]

SE 11: Não sendo possível o exame dessas questões de contágio, intercâmbio e reciprocidade, nem tampouco a respectiva análise, por intermédio dos livros de historiadores, vamos nos ater única e exclusivamente a um dos aspectos parciais, que é de fato boa contribuição hispano-rio-platense no **linguajar do gaúcho brasileiro do Rio Grande do Sul**, segundo a opinião dos investigadores, apenas no campo da dialetologia. (1981, p. 49) [grifo nosso]

Essa reescrituração para linguajar do gaúcho produz uma especificação que determina esse linguajar e que é o **linguajar do gaúcho brasileiro do Rio Grande do Sul** através do procedimento de expansão. O locutor projeta um enunciador historiador e lingüista que, apesar de não concordar com os colegas historiadores, acolhe outros dizeres para ressignificar a contribuição hispano-rio-platense, restringindo-a aos estudos dialetológicos. Nesse sentido, registra a contribuição espanhola, que está reescrita por **contribuição hispano-rio-platense**. [grifo nosso]. No entanto, o enunciador não assume esse dizer; ele é tomado de outros, no acontecimento enunciativo.

O que a designação da palavra-título tem em comum, nas SEs, é o espaço de enunciação, em que a palavra é relacionada à língua e à procedência. Neste mesmo espaço, os sentidos vão tomando direções diferentes; nesta diferença, um elemento fundamental é o tempo, projetado na enunciação, e os memoráveis que a compõem.

Foi constatado, nas SEs 1, 3, 4 e 5 um enunciador individual, isto é, aquele que representa um dizer independente da história; predominantemente, nas SEs seguintes, um enunciador-genérico e um enunciador-universal. Vimos que, as características deste enunciador conduzem ao apagamento do seu lugar de dizer, no sentido de parecer ser o pioneiro daquilo que está sendo dito, fazendo com que haja espaço para pouca responsabilidade sobre o que diz, uma vez que tais dizeres são apenas fatos. Para os propósitos de **O Linguajar do Gaúcho Brasileiro** (1981), estes sinalizam uma certa objetividade por parte do enunciador, já que se trata de fatos incontestáveis – característica muito interessante e eficaz para textos historiográficos. Assim, a memória discursiva de uma origem portuguesa é ressignificada em várias SEs, por meio das reescrituras. É pertinente considerar, nas análises apresentadas, que

O acontecimento de linguagem [...] é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência do futuro. O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo

interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica). [...] O passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como seu passado. (GUIMARÃES, 2002, p. 14-15).

Assim, segundo Oliveira (2006, p. 30), “[...] o passado recortado pelo acontecimento são rememorações de enunciações anteriores.”

Nesse sentido, a designação desse linguajar, caracterizado por Laytano (1981), no espaço de enunciação da língua portuguesa, estabelece uma relação de poder com esta, resultando, pelo menos, em quatro reescrituras para língua portuguesa, conforme descrito no Quadro abaixo:

O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO (1981)
ensino de português (p. 16)
idioma português (p. 16)
português experimental (p. 16)
português investigado nas fontes (p. 16)

Quadro 5 – Reescrituras para a “língua portuguesa”

Além deste conjunto de reescrituras sobre a língua portuguesa, para reafirmar a procedência do linguajar do gaúcho brasileiro, ficou evidenciado, na obra em estudo, também um conjunto de várias predicções para açoriano, que é retomado, enquanto elemento étnico preponderante, que influenciou o linguajar gaúcho:

O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO (1981)
tema açoriano (p. 42)
peculiaridade açoriana (p. 45)
influência do açoriano (p. 45)
linguajar açoriano (p. 46)
açorianismo na língua (p. 49)

Quadro 6 – Reescrituras para “açorianismos”

Ainda, a formulação sobre a origem ou a procedência ocorre por meio da relação de inclusão ou exclusão. Nesse caso, o sentido de castelhano é deslocado para o de não-pertencimento, ou seja, de exclusão, o que minimiza, ao máximo, as aproximações do Rio Grande do Sul com o Prata.

SE 12: A influência espanhola vinda pelo Rio da Prata, no **linguajar do gaúcho brasileiro**, é uma consequência sociológica, não só de áreas comuns, fronteiras geográficas e tipo idêntico de atividades econômicas, mas de relações humanas e históricas muito intensas. (1981, p. 49) [grifo nosso]

A influência espanhola é consequência do passado. Remete ao processo de ocupação do Rio Grande do Sul, marcado por enfrentamentos e disputas entre colonizadores espanhóis e portugueses, conforme visto, anteriormente nesta dissertação. Assim, a **influência espanhola vinda pelo Rio da Prata** [grifo nosso] reescreve espanholismos e remete a uma memória discursiva, filiada a uma influência, que foi incorporada a duras penas por conflitos e embates e provavelmente seja necessário reforçar essa origem por meio do procedimento de repetir **linguajar do gaúcho brasileiro**.

As SEs seguintes retratam esse passado **lusitano** [grifo nosso] do linguajar do Rio Grande do Sul e procuram rechaçar a influência espanhola, de modo a reiterá-lo:

SE 13: O Rio Grande do Sul **não é espanhol**, como se pretende fazer crer ao resto do Brasil; nosso lusitanismo, fidelidade a Portugal e as guerras cruentas para manter o domínio de Lisboa, são provas suficientes para demonstrar como nos integramos no todo da América Portuguesa. (1981, p. 49) [grifo nosso]

O linguajar do gaúcho brasileiro é reescriturado por condensação (**não é espanhol**) [grifo nosso] indicando um posicionamento que ocupa e defende o lugar. E, para silenciar influência espanhola, a SE seguinte reescritura por meio da elipse, nessa SE que segue:

SE 14: Não parece ser necessário excluir-se esta influência, o que seria impossível, mas **reduzi-la**, sim, aos seus devidos termos. (1981, p. 50) [grifo nosso]

Novamente, a influência espanhola é reescriturado por condensação (**espanholismos, vocábulos platinos, falar espanhol do Prata**) na SE15 e por expansão (**castelhano-rio-platense**) na SE 16, respectivamente:

SE 15: Muitas vezes os **espanholismos** já são apenas **vocábulos platinos**, termos de procedência indígena ou negra que se incorporaram ao **falar espanhol do Prata** e de onde vieram para o Rio Grande do Sul. (1981, p. 50) [grifo nosso]

SE 16: Acresce, ainda, considerar um terceiro aspecto: os vocábulos originários do **espanhol** ou do **castelhano rio-platense** que modificados, foram adaptados ao português. (1981, p. 50) [grifo nosso]

Nas sequências acima (SEs 13 a 16), vemos o funcionamento da memória discursiva, filiada à influência do castelhano, ou melhor, a incorporação do espanholismo é o memorável que faz significar na língua portuguesa. Assim, encontramos reescriturações para os espanholismos, conforme verificado, nas SEs acima destacadas.

O Quadro abaixo destaca o modo como Laytano (1981) se refere à influência do castelhano no linguajar do gaúcho brasileiro:

O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO (1981)

influência castelhana (p. 46)
 influência espanhola (p. 49)
 hispano-rio-platense (p. 49)
 espanholismos (p. 50)
 falar espanhol do Prata (p. 50)
 vocábulos originários do espanhol (p. 50)
 castelhano rio-platense (p. 50)
 termos rio-platenses (p. 50)
 vias espanholas e platinas (p. 50)
 vocábulos platinos (p. 50)

Quadro 7 – Reescrituras para “influência castelhana”

O que merece destaque, neste Quadro acima, é que a relação entre luso x castelhano sugere, neste espaço de enunciação, resulta na presença de vocábulos

espanhóis, no linguajar do gaúcho brasileiro, conforme já apresentado em sequências anteriores.

O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO (1981)

linguajar gaúcho (p. 41)

nosso dialeto (p. 41)

linguagem do gaúcho (p. 42)

língua atual do gaúcho (p. 47)

linguagem popular do gaúcho (p. 47)

português falado no Rio Grande (p. 50)

fala do gaúcho (p. 75)

Quadro 8 – Reescritura para “o linguajar do gaúcho brasileiro”

A reescritura em destaque, no Quadro acima, é aquela que configura o espaço de enunciação em que os sentidos políticos são produzidos pela constituição de discursos sobre a língua do gaúcho, referenciada nas fontes que constituem o linguajar do gaúcho, segundo Laytano (1981).

Nas sequências enunciativas analisadas, mobilizamos as afirmações de um enunciador, para interpretar os seus funcionamentos, enquanto fonte no discurso de outro enunciador, seja pela negação (silenciamento da língua espanhola) ou confirmação de algo que foi citado (ênfase na língua portuguesa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos a verificar como Laytano (1981), então em um lugar discursivo, que está permeado por sua experiência acadêmica, enuncia de modo distinto a formação do linguajar do gaúcho sul-rio-grandense, produzindo uma obra, constituída de um conjunto de monografias por ele publicadas, anteriormente, e complementada, sobretudo, pela entrada de argumentos, que se diferenciam pela maneira como ele mobiliza as fontes históricas, recuperadas do discurso dos ensaístas.

Para verificar de que modo os sentidos são construídos, nas designações atribuídas ao linguajar do gaúcho, a partir da obra de Laytano (1981), utilizamos o procedimento da reescritura.

Através do funcionamento da reescrituração, procedimento analítico da Semântica do Acontecimento, por meio das interpretações das sequências enunciativas, buscamos recuperar e trazer à tona alguns dos sentidos atribuídos ao linguajar do gaúcho, cunhado por Laytano (1981) e analisado nas designações sobre a língua que constitui este linguajar.

Constatamos que os sentidos políticos, atribuídos ao linguajar do gaúcho são constantemente representados pela reescritura de **língua portuguesa** [grifo nosso], que está determinada por uma inscrição dos efeitos da língua na história. No caso dessa obra – *O Linguajar do gaúcho brasileiro* - emerge a evocação de uma relação de poder que estabelece confrontos entre o simbólico e o político (ORLANDI, 2005). Tal discursividade resulta da produção de ideias que, por meio da fonte, compõe um saber historiográfico e sobre a língua, que pode ser analisado pela relação entre traços sociais, étnicos e linguísticos.

Desse modo, vimos que é possível aproximar sentidos de afirmação de pertencimento ao nacional, ao estado Brasileiro, ao linguajar do gaúcho, por meio da memória discursiva que remete à **língua nacional** [grifo nosso], que produz e se materializa em um conjunto de textos que se significam, por evidenciar um determinado conhecimento sobre a língua, tal como a obra *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981).

Conforme foi visto, a produção de conhecimento sobre a língua possibilitou que pudéssemos vislumbrar pela perspectiva da HIL que as representações, enquanto elementos físicos, constituídos pelas fontes, carregam valor moral e intelectual e, via de regra, passam a significar, enquanto um conhecimento científico e como memorável, na obra estudada (LAYTANO, 1981). Além disso, ressignifica uma história do linguajar do gaúcho, fazendo com que esse saber metalingüístico já tenha um lugar na HIL.

Para compreender como as designações foram atribuídas por este autor ao linguajar gaúcho, utilizamos o interdiscurso como procedimento analítico da AD para resgatar os já-ditos alterados, repetidos e omitido na discursividade. Nesse sentido, é pertinente acrescentar que, a partir da leitura das fontes, as interpretações foram feitas e, aos poucos foi sendo delineado um imaginário sobre a língua, neste caso, o linguajar do gaúcho, no Rio Grande do Sul.

Constatamos várias reescrituras para **linguajar** [grifo nosso] do gaúcho que convergem os efeitos de sentido para uma **língua nacional**, ou seja, constantemente, a língua portuguesa determina esse linguajar.

Procedemos aos recortes de sequências enunciativas do discurso do autor, para produzir um delineamento de sentidos que procurou evidenciar as adesões à matriz lusitana da historiografia sul rio-grandense desde o início da obra. No capítulo Estudos da obra em questão, a referência às mais diversas fontes para subsídio da pesquisa continuam ressignificadas:

A partir das reflexões feitas, podemos afirmar que *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro* (LAYTANO, 1981) procura referenciar a matriz lusa, ou seja, reafirmar a identidade nacional do gaúcho que é, portanto, brasileiro. Nesta obra, ficou destacado que a memória discursiva é significada pelo memorável da língua portuguesa, que estabelece relações de conflito com a língua espanhola (espanholismos), silenciando os sentidos, atribuídos ao regional e ao local, em busca da unidade da língua, que é brasileira, constitutiva da identidade do gaúcho e do linguajar dele.

Ainda, vimos que um discurso, que está em circulação e está ressignificando uma história social, produz efeitos de sentido pelo dizer que instaura. Não há como negar, porém, as aproximações desse linguajar com as variedades linguísticas da região do Prata. Os espanholismos constituem também esse linguajar.

Assim, a idéia norteadora desta dissertação conduziu à conclusão de que essa *peleia* das línguas e das etnias funciona semanticamente pelo modo de fazer significar, nesse trabalho, e, no espaço de enunciação das línguas em conflito, as discursividades interpretadas.

Destacamos, pois, a importância do discurso sobre a língua para a comunicação, a identidade, a integração e a unidade dos cidadãos de um mesmo país ou entre países, como é o caso do gaúcho brasileiro.

Entendemos que esta pesquisa poderá suscitar novos estudos para a designação, já que, de um lado, esta abordagem amplia as possibilidades de análise do nome e das fontes, estas, enquanto recursos historiográficos, sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento; de outro lado, suscitar mais estudos sobre as questões do interdiscurso, a partir do funcionamento semântico.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A Questão da origem das línguas seguido de a historicidade das ciências**. Campinas: RG, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, Fredrik. Os Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 185-228.

BENVENISTE, Émile. **Princípios de linguística geral: 1**. Campinas: Pontes, 1991.

_____. **Princípios de linguística geral: 2**. Campinas: Pontes, 2006.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. **Variedades de história cultural**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CÉSAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1971.

_____. **História do Rio Grande do Sul**: período colonial. Porto Alegre: Globo, 1970.

DELESALLE, Simone; CHEVALIER, Jean-Claude. Introdução: método e epistemologia em história da lingüística. In: _____. **A Linguística, a gramática e a escola**: 1750-1914. [S.l.: s. n., 1990?] p.1-13.

DALL'AGNOL, Maiara; FIOREZE, Zélia Guareschi. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a contribuição para a Geografia**. Disponível em:< www.agbpa.com.br/.../HISToRIA%20E%20EPISTEMOLOGIA%20.../IHG.pdf > Acesso em: 28 jun. 2010.

DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2007.

FALCON, Francisco. A Identidade do historiador. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.7-31, jul. 1996.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia. **As concepções linguísticas no século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FLORES, Moacyr. Gaúchos e gaúchos. In: CLEMENTE, Elvo (Org.). **Integração:** artes letras e história. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 85-90.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.410-421, 1993.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a gaúcho:** o triunfo do avesso: um processo de representação regional na literatura do século XIX: 1847-1877. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto:** procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG, 2011.

_____. **Os limites do sentido:** um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Semântica do acontecimento:** estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Semântica e pragmática. In: _____. ; ZOPPI-FONTANA, Mônica. (Orgs.). **A Palavra e a frase**. Campinas: Pontes, 2006. p. 113-146.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

HANDLIN, Oscar. **A verdade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

HENRY, Paul. A História não existe. In: **GESTOS de leitura:** da história no discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. ; RANGER, Terence. **Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAGO JÚNIOR, Sylvio. O Ofício do ensaísta. **Revista Logos:** comunicação e universidade, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-11, 1990.

LAYTANO, Dante de. **O Linguajar do gaúcho brasileiro**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

LEGROS, Patrick et al. **Sociologia do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LESSA, Luís Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul:** prazer em conhecê-lo. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

LIMA, Alcides. **História popular do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LIMA, Silvio Júlio de Albuquerque. **Literatura, folclore e linguística da área gaúchesca no Brasil**. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1962.

LOYN, Henry R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

MACHADO, Propício Silveira. **O Gaúcho na história e na linguística**. Santa Maria: Palotti, 1966.

MACHADO, Tania Regina Martins. **O exame CELPE-Bras e o funcionamento do sentido sobre a brasilidade**. Santa Maria, 2011. Dissertação (Mestrado em Letras)-Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MACIEL, Maria Eunice. A Atualização do passado. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 191-205.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

MALERBA, Jurandir (Org.). **A História escrita: teoria e história da Historiografia**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. Subjetividade e imaginário lingüístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, UNISUL, v. 3, p. 55-72, 2003.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MORAIS, Monique (Org.). Ensaístas e historiadores do Rio Grande do Sul. **Caderno de Historia**, Porto Alegre, n.25, 2006.

MOREIRA, Earle Macarthy. Construindo o espaço, demarcando fronteiras. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 21-32.

MOREIRA, Maria Eunice. Na rede do tempo: história da literatura e fontes primárias: a contribuição de Joaquim Norberto. In: ZILBERMANN, Regina et al. (Orgs.). **As**

Pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 122-198.

NEDEL, Letícia Borges. **Um Passado novo para uma história em crise:** regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul: 1948-1965. Brasília, DF, 2005. Tese (Doutorado em História)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

_____. A Recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. **Mana** [online], v.13, n.1, p. 85-118, 2007.

NEUMANN, Eduardo Santos. A Fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande no Século XVIII. In: **CAPÍTULOS da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 25-46.

NUNES, José Horta. **Uma Articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas:** conferência. Santa Maria: Seminário Corpus – História das Idéias Linguísticas, 8., 2007.

NUNES, Zeno Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. **Dicionário gaúcho:** termos, expressões, adágios, ditados e outras barbaridades. Porto Alegre: AGE, 2005.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania:** história e política de uma palavra. Campinas: Pontes, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o todo**. 2. ed. Porto Alegre: Vozes, 2006.

_____. O Processo de construção da identidade gaúcha. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p.163-190.

_____. Rio Grande do Sul: um só estado, várias culturas. In: OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; BRUM, Ceres Karam. (Orgs.). **Expressões da cultura gaúcha**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. p. 15-37.

_____.; MACIEL, Maria Eunice; BRUM, Ceres Karam (Orgs.). **Expressões da cultura gaúcha**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Lingua e conhecimento linguístico para uma história das ideias no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2003.

_____. (Org.). **História das Ideias linguísticas:** construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Cáceres: UNEMAT, 2001.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos:** a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, Porto Alegre, 2005. **Anais.** Porto Alegre: PUCRS, 2005. p. 1-16.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. Nação e região: diálogos do mesmo e do outro: Brasil e Rio Grande do Sul: século XIX. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy et al. (Orgs.). **História cultural:** experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 209-243.

____.; et al. (Orgs.). **História Cultural:** experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A Língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni Pucinelli. (Org.). **História das ideias linguísticas:** construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Cáceres: UNEMAT, 2001. p. 167-184.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Raça, etnia e nação. In: ____; _____. Teoria da etnicidade. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. Cap.2, p.33-55.

_____. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem no Brasil.** Maceió: UFAL, 2004.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional.** Passo Fundo: UPF, 2002.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. O empreendimento autobiográfico: Josué Guimarães e Érico Veríssimo. In: ZILBERMAN, Regina et al. **As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.

ROCCA, Pablo. Encruzilhadas e fronteiras da gauchesca: do Rio da Prata ao Rio Grande do Sul. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil–Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 73-135.

ROSA, Othelo. A Formação do Rio Grande do Sul. In: **FUNDAMENTOS da cultura rio-grandense**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia. Universidade do Rio Grande do Sul, v. 2, 1957.

SANTOS, Julio Ricardo Quevedo; SANTOS, José C. Tamanquevis. **Rio Grande do Sul: aspectos da história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira. Pequenas notas sobre a escrita do ensaio. **Revista UNISINOS**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 97-106, jul./dez. 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca das representações de nação na Região Platina. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 5, 2006. Disponível em: < www.anphlac.org/periodicos/revista/revista5/>. Acesso em: 20 maio de 2011.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins**. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porto Alegre, 2004.

STURZA, Eliana Rosa. **Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das ideias linguísticas**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. Vocabulário sul-rio-grandense: de instrumento linguístico à constituição de um discurso fundador. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 18, p. 101-121, jul/dez, 2006.

VELLINHO, Moysés. **Capitania d’El Rei: aspectos da formação rio-grandense**. Porto Alegre, Globo, 1964.

_____. O Gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino In: **FUNDAMENTOS da cultura rio-grandense**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia. Universidade do Rio Grande do Sul, v. 2, 1957.

VERISSIMO, Érico. A Fonte. In: _____. **O Continente: 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (O Tempo e o vento; pt. 1)

ZILBERMAN, Regina. **Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____. **A Literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

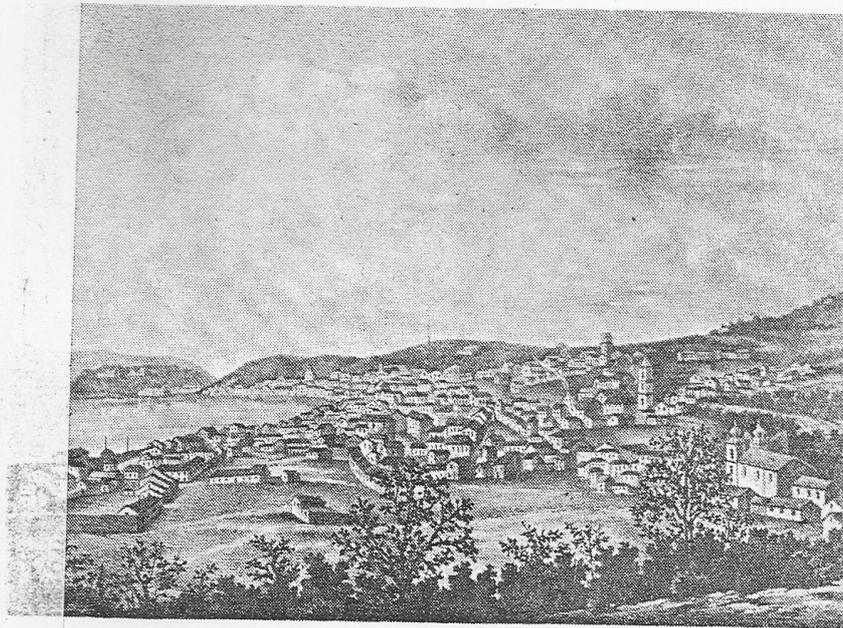
ZISMANN, Tatiana. **A construção de uma referência de identidade nacional para o Rio Grande do Sul nos discursos crítico-literário e historiográfico de Moysés Vellinho**. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ANEXO

CÓPIA DA CAPA, DA FOLHA DE ROSTO E DO SUMÁRIO DA OBRA

LAYTANO, Dante de. O Linguajar do gaúcho brasileiro. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes,

O Linguajar do Gaúcho Brasileiro



49.79865
L429L

35

DANTE DE LAYTANO

EST

FICHA CATALOGRÁFICA

Laytano, Dante de.

L4571 O Linguajar do Gaúcho Brasileiro. Porto Alegre,
Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

255 p. Col. Temas Gaúchos

CDU 398(816.5)

CHAM- 469.79865 / L429L *

REG - D68335

LOC - 1

OBRA- 283801

UFSM
Biblioteca Central

DANTE DE LAYTANO

O LINGUAJAR DO GAÚCHO BRASILEIRO

UFSM
Biblioteca Central

Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes
Rua Paulino Chaves, 291 — Fone: 23-2283 — Porto Alegre — RS.

469.79865
L429L

© de Dante de Laytano, 1981

Revisão: Rosinha de Laytano e Halina Brzezinska

Capa: Vista da cidade de Horta, na ilha do Fayal

COLEÇÃO TEMAS GAÚCHOS

Coordenação: Róvilio Costa

1. ABREU, Ennio Farias e ABREU, Marisa da Costa. Bom Jesus — Histórias de uma Cidade, 1977.
2. TELLES, Leandro Silva. Manual do Patrimônio Histórico, 1977.
3. AZAMBUJA, Péricles. História das Terras e Mares do Chui, 1978.
4. CESAR, Guilhermino. O Conde de Piratini e a "Estância da Música", 1978.
5. SANHUDO, Ary Veiga. Porto Alegre, Crônicas da Minha Cidade, 1978.
6. SPALDING, Walter. Na Voz do Povo: Ensaios de Folclore, 1979.
7. BARBOSA, Fidélis Dalcin. Vacaria dos Pinhais, 1978.
8. CESAR, Guilhermino. O Contrabando no Sul do Brasil, 1978.
9. SPALDING, Walter. A Propaganda Republicana no Rio Grande do Sul.
10. GOULART, Jorge Salis. A Formação do Rio Grande do Sul, 1978.
11. MEDEIROS, Manuel da Costa. História do Herval, 1980.
12. WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas, 1979.
13. BRUXEL, Arnaldo. Os Trinta Povos Guaranis, 1978.
14. NEIS, Ruben. Guarda Velha de Viamão, 1975.
15. ABREU, Florêncio. O Senador Florêncio de Abreu, 1979.
16. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 3.º volume, 1979.
17. MAESTRI FILHO, Mário. Quilombos e Quilombolas no Rio Grande do Sul, 1979.
18. ESQUINA, Jovita. Torres, Minha Paixão, 1979.
19. VELEZ RODRIGUEZ, Ricardo. Castilhismo, uma Filosofia da República, 1979.
20. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 4.º volume.
21. A Vila da Serra — História de N. Sra. da Conceição do Arroio, 1980.
22. LAYTANO, Dante de. A Cozinha Gaúcha na História do Rio Grande do Sul, 1981.
23. LAYTANO, Dante de. Linguajar do Gaúcho Brasileiro, 1981.
24. FREITAS, Décio. O Capitalismo Pastoril, 1981.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 9

Introdução / 13

PRIMEIRA PARTE

I. ESTUDOS / 21

1. Precursores da Literatura Gauchesca / 22
2. Gramática / 26
3. Adagiários / 27
4. A Estância / 28
5. Catálogo de outras fontes de estudo sobre os costumes gaúchos / 30
6. Antologias / 32
7. Cancioneiros / 34
8. Estudo de poesia popular / 36
9. Música / 37
10. Desenho / 39
11. Influências / 40
12. Açorianismos / 48
13. Espanholismos / 49
14. Indigenismos / 51
15. Africanismos / 52
16. Estudos antigos / 56
17. Estudos modernos / 59
18. A imprensa e a linguagem gaúcha / 61
19. Congressos tradicionalistas / 63
20. Bibliografia da Literatura regionalista / 64
21. Ficção / 65
 - I Prosa / 65
 - II Poesia / 68
22. Notas / 74
 1. Moderno centro de pesquisa: Academia Brasileira da Língua Portuguesa / 74